

JOSÉ GUSTAVO ALMEIDA DA SILVA

**INSTRUÇÃO FEMININA E FORMAÇÃO DOCENTE:
A ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO PROVIDÊNCIA,
EM MARIANA – MG (1906 – 1930)**

Mariana/MG

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2014

JOSÉ GUSTAVO ALMEIDA DA SILVA

**INSTRUÇÃO FEMININA E FORMAÇÃO DOCENTE:
A Escola Normal do Colégio Providência, em Mariana – MG
(1906 – 1930)**

Monografia apresentada ao Curso de História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino.

Mariana/MG
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2014

AGRADECIMENTOS

“Nunca se vence uma guerra lutando sozinho”. Tampouco é possível escrever sozinho um trabalho para conclusão de curso. Ainda que seja o resultado de todo esforço, dedicação aos estudos e pesquisas durante um longo período só, muitas foram as mãos que, de uma forma ou de outra, me acompanharam na escrita desse trabalho. Sei que todo agradecimento feito aqui, em palavras, não será suficiente para retribuir a atenção, o carinho, a preocupação, o amor, a confiança, os sorrisos e abraços que me foram dados e ajudaram a minimizar todo trabalho, mas é o mínimo que posso oferecer.

Me empenhar em incluir aqui, o nome de todos os que fizeram parte dessa caminhada comigo, acabaria sendo injusto, pois, por maior atenção, sempre deixamos alguém importante de fora. Mas alguns agradecimentos pontuais são fundamentais.

Em primeiro lugar, me vejo na obrigação de agradecer especialmente à minha família. Pai, Mãe, Lala e Rafa, se não fosse por vocês, tenho certeza que a caminhada seria ainda mais difícil, ou até mesmo impossível. Ainda que na distância, na falta de um beijo, de um abraço apertado, sei que estiveram todo o tempo ao meu lado, me enviando forças e boas vibrações, além de terem sido sempre minha fonte de inspiração, alegria e amor.

À Isabela, meu porto seguro em Mariana. Com sua empolgação e energia constantes, nunca me deixou desanimar e até mesmo nos momentos de maiores dificuldades e tensões com o curso e todos os trabalhos, esteve sempre presente, me dando forças e sabendo, como ninguém, me fazer superar essas dificuldades, com todo carinho e amor que podia. Com inteiro cuidado (mas também com uns puxões de orelhas), foi mais que namorada, foi amiga, irmã, confidente. Sem seu carinho, esse trabalho não seria o mesmo.

Agradeço, de maneira especial, ao professor José Rubens Jardimino que, com toda sabedoria e paciência, foi parte essencial para a realização desse trabalho. Mais que simplesmente orientar, apontou caminhos e transmitiu (sempre de forma amigável e afetiva) um aprendizado do qual serei eternamente grato e privilegiado. Meu muito obrigado pela acolhida e pela confiança em mim depositada.

À República Kaxeta, família da qual fiz parte ao longo desses cinco anos em Mariana. Agradeço aos meus amigos/irmãos que convivi ao longo desse tempo e que espero tê-los eternamente presentes em minha vida: Arthur, David, Eder, Fabiano, Fábio, Fernando, Gabriel, Gustavo, Kaio, Pedro e Vitor. Meu muito obrigado pela compreensão e companheirismo.

Ao pessoal da turma 09.2 de História, da qual fiz parte e que partilharam, quase sempre, das mesmas dificuldades e anseios que a graduação nos traz. Meu agradecimento especial aos amigos sempre presentes, parceiros em muitas alegrias e tristezas, comemorações e decepções que esse momento da vida nos trouxe: Aline, Gabriel, Letícia, Lorena, Juliana, Polliana e Vinicius. Muito obrigado.

Aos amigos de Piracicaba que, mesmo na distância, nunca deixaram a peteca cair, nunca negaram um momento de conversa (ainda que pela internet) e sempre dedicaram um tempinho para um abraço e uma prosa, nos poucos momentos que estive em Piracicaba nesses anos. Meu obrigado especial ao Douglas, Felipe e Marcos, amigos de longas datas e longas histórias.

Agradeço ainda, à UFOP, aos professores dos departamentos de História e Educação e aos funcionários do ICHS, que também foram pessoas fundamentais para mais essa trajetória. Aos muitos amigos que fiz na UFOP e que me recordarei eternamente de cada contribuição pessoal.

Aos funcionários do Colégio Providência, que, com muita paciência e gentileza, me abriram as portas e proporcionaram a realização de boa parte desse trabalho.

Em fim, à cidade de Mariana e às muitas pessoas que me receberam e acolheram ao longo desses anos todos. Jamais esquecerei desse lugar e dos momentos que aqui vivi ao longo desses cinco anos.

Meu muito obrigado a todos!

Do mesmo modo que os filósofos esculpem a imagem do sábio, do retórico ou do orador, de forma a torná-la quase inexistente na prática, assim é bem mais cômodo delinear o perfil do educador do que apontar indivíduos que personificam o modelo traçado. Na verdade, empenho de tal natureza deveria ser de ordem pública, seja por parte das autoridades profanas, seja por parte dos próceres eclesiásticos. Tal como se preparam indivíduos para lutar em linha de combate e os que cantam nos templos, assim, com maior dedicação, dever-se-ia preparar aqueles que vão formar os filhos dos cidadãos na linha da retidão e da liberdade.

Erasmus de Roterdã, 1529.

RESUMO

O presente trabalho se compõe sobre as abordagens de estudos referentes à história das instituições escolares e formação docente, sobretudo a formação do professor e suas respectivas instituições e agências formadoras, tendo como especificidade a formação atribuída à Escola Normal brasileira, no início da República. Tendo como objeto de estudos a Escola Normal do Colégio Providência, em Mariana – MG, buscamos compreender a importância que essa instituição teve para o projeto educacional atribuído à cidade e qual sua relação com as demais escolas normais do país, a partir de sua atuação nas três primeiras décadas do século XX (1906-1930), momento de apogeu da Escola Normal no Brasil. Orientado teórico-metodologicamente a partir da ampla bibliografia referente ao tema e seguindo os pressupostos de uma pesquisa sócio-histórica referente ao plano educacional brasileiro desse período, consideramos a organização de um projeto para a História da Educação que parte de uma concepção mais extensa (nacional, estadual) e chega-se ao âmbito particular (regional, municipal, institucional). Partindo da literatura sobre o tema e dos poucos documentos aos quais tivemos acesso no interior do Colégio, orientamos os estudos a partir da primeira reforma educacional mineira no século XX (Reforma João Pinheiro), buscamos conferir a identidade presente no curso normal do Colégio Providência e sua instituição, bem como de suas alunas e professoras, dando maior ênfase à formação de professora como formação da mulher para a vivência e atuação na sociedade republicana.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares; Escola Normal; Formação Feminina.

ABSTRACT

This work consists of the approaches of studies on the history of educational institutions and teacher training, especially teacher education institutions and their respective agencies and forming, with the specific training given to Brazilian Normal School in the early Republic. Having as object of study Normal School of *Colégio Providência* in Mariana - MG, we seek to understand the importance that this institution had for the educational project assigned to the city and what is its relationship with the other normal schools of the country, from its operations in first three decades of the twentieth century (1906-1930), time to peak of the Normal School in Brazil. Walked theoretically and methodologically from the large literature on the topic and following the assumptions of a socio-historical research in the Brazilian educational plan that period, we consider the organization of a project for the History of Education that is part of a more extensive design (national, state) and you arrive at the particular context (regional, municipal, institutional). Starting from the literature on the subject and the few documents to which we had access within the College, we directed studies from the first mining education reform in the twentieth century (Reformation João Pinheiro), we seek to confer this identity in the ordinary course of *Colégio Providência* and your institution and its students and teachers, putting more emphasis on teacher training and training of women for living and acting in republican society.

Keywords: History of Educational Institutions; *Escola Normal*; Women training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: A pesquisa em História das Instituições Escolares: a consolidação de um campo	11
1.1: As Instituições Escolares entre o final do século XIX e início do século XX	11
1.2: As Instituições Escolares Católicas e o embate entre Ultramontanos e Liberais pela educação nos primeiros anos da República	16
1.3: O Colégio Providência: sua criação e atuação na cidade de Mariana	20
CAPÍTULO 2: A formação de professores na República: a preocupação com a civilidade	24
2.1: As Escolas Normais no Brasil e em Minas Gerais: do Império à República .	24
2.2: O ensino normal e o contexto educacional no Brasil e em Minas Gerais nos primeiros anos da República.....	30
2.3: O curso normal do Colégio Providência: instituição, sujeitos e formação docente nos primeiros anos da República	35
CAPÍTULO 3: A instrução feminina na República: a missão da mulher e seu papel de formadora da civilidade	42
3.1: O papel da mulher como formadora da civilidade republicana no Brasil	42
3.2: Educada para ser professora... mãe, cidadã, católica, esposa, dona-de-casa, mulher	45
3.3: A instrução feminina no curso normal do Colégio Providência	49
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	56
DOCUMENTOS	59

INTRODUÇÃO

Inserido no campo das pesquisas em História da Educação, o presente projeto desenvolveu-se em duas linhas que se encontram dentro desse campo: História das Instituições Escolares e Formação de Professores, tendo como objeto de estudos direto, a Escola Normal do Colégio Providência, em Mariana – MG. Estabelecido no contexto das disputas políticas da Primeira República e do ensino católico já proposto pela instituição, o curso normal no Colégio Providência passa a ser oferecido no ano de 1902. Buscamos, no entanto, nos deter à atuação desse curso normal nas primeiras três décadas do século XX, mais precisamente entre 1906 e 1930. Ainda que o objeto principal de estudos seja o curso normal, nos detivemos, em primeiro momento, a apresentar a história dos anos iniciais do Colégio Providência, ainda em 1849.

A Escola Normal de Mariana surge, assim, no período de apogeu das Escolas Normais no Brasil, junto, também, com as primeiras reformas educacionais do século XX, pelas quais Minas Gerais e o Brasil passaram. Por meio de fontes documentais da época, de documentos preservados no museu/arquivo que se encontra no interior do próprio colégio e de estudos já realizados sobre a implantação e atuação do Colégio Providência nesse campo, buscamos identificar os perfis e a atuação dos sujeitos envolvidos com a instituição (professoras, alunas, irmãs) e que faziam parte do ambiente proporcionado pelo Colégio e seu curso normal. Assim, a partir de todas as delimitações presentes ao longo da pesquisa, nos foi possível apresentar boa parte do que nos propomos em seu início.

Um dos primeiros aspectos a nos chamar atenção para a pesquisa, foi compreender quais os grupos que faziam parte do universo escolar dessa instituição, quem eram as alunas que procuravam formação docente nesse período e quais as intenções em serem formadas num curso normal, visto com tamanha importância em sua estrutura. Nesse mesmo contexto, buscamos nos deter em como era a relação da instituição educacional com o a cidade de Mariana, ou seja, perceber como se dava a interação entre a escola e o meio sócio-cultural em que esta se encontrava, implicando-a no quadro de evolução vivido pela comunidade e pela região.

Levando em consideração as propostas de estudo da formação de professores na Região dos Inconfidentes, o presente trabalho buscou, de maneira geral, chegar a

uma abordagem sócio-histórica que visasse a formação do professor e sua respectiva instituição e agência formadora, tendo a Escola Normal do Colégio Providência como objeto de análise. O trabalho procurou ainda, contribuir para o preenchimento da lacuna existente na formação de professores na Região dos Inconfidentes, que foram realizadas nas primeiras décadas do século XX e, de maneira mais específica, como se deu a inserção do curso para formação de professores da Escola Normal de Mariana, suas especificidades e características.

A partir da busca pelas configurações e características que levaram uma instituição escolar à sua realização sócio-cultural, pode-se chegar à criação e construção de uma identidade que se estabeleceu ao longo do tempo, seja por suas características internas (modelo de educação adotado, atuação dos personagens nela envolvidos), seja pela interação construída com a comunidade local, que se encontrava fora do ambiente por ela influenciado e controlado, ao que não podemos nos ater apenas às abordagens descritivas ou justificativas, mas conferir-lhes sentido histórico, a partir da exploração de seu itinerário junto à comunidade envolvente, que também se faz agente formadora.

Para tanto, recorreremos à produção intelectual sobre o tema, tendo como pano de fundo o breve panorama da educação brasileira e do cenário político presente nesse período, bem como ao levantamento e análise de algumas fontes do período em questão, que se encontram presentes no Museu Casa da Providência, no interior do próprio colégio. Estar presente no interior da própria instituição pesquisada, trouxe grande importância para a consolidação desse trabalho, não apenas pela oportunidade de se coletar fontes primárias sobre o período, mas pela presença e pesquisa no lócus ao qual o estudo foi proposto, além da interação – ainda que em período e contextos completamente distintos – com os sujeitos que fazem parte da vivência do colégio.

A partir dessas concepções, o trabalho dividiu-se em três propostas presentes e de essencial importância para a compreensão do estudo sobre o curso normal do Colégio Providência: a compreensão sobre o campo de pesquisa em Instituições Escolares; a formação de professores desde o período imperial e início da República; a instrução docente feminina e a preocupação que se deu no início do período republicano para o papel da mulher como educadora.

Em primeiro momento, nos atentamos a apresentar as discussões referentes às pesquisas sobre instituições escolares, sua consolidação e abrangência no período entre

o final do século XIX e início do século XX. Apontou-se a ampliação de criação dessas instituições, da mesma forma como a disputa que se gerou pela consolidação dessas instituições como meio de disseminação dos ideais dos vários grupos políticos desse período, dando maior ênfase ao embate existente entre a Igreja (ultramontanos) e o Estado (liberais). A partir desse contexto, buscamos inserir a criação e consolidação do Colégio Providência como instituição escolar, bem como sua presença na disputa político-institucional desse período.

No segundo capítulo, nos atemos a descrever o processo de formação de professores e da criação da Escola Normal no Brasil. A partir da apresentação dos principais aspectos e características dessa instituição, que fora criada ainda no século XVIII, na Europa, observamos sua chegada ao país ainda na primeira metade do século XIX e suas primeiras instalações em várias localidades, ao longo do período imperial. É no início da República, com o aumento da criação das instituições escolares, que vemos também, a grande implantação de cursos normais no país e, apontando de forma mais específica, em Minas Gerais. Novamente percebemos o embate existente entre as instituições católicas e as mantidas pelo Estado, com a mesma preocupação em formar seus alunos a partir de seus ideais e, com isso, sua maior disseminação.

Por último, nos atemos à instrução feminina como responsável pela formação das novas gerações de estudantes das escolas primárias. A importante e constante presença da mulher e seu papel fundamental como professora e educadora, nos fez buscar a compreensão que se tinha da função que, nesse período, era dada à mulher na educação, sendo sua formação docente voltada não apenas para lecionar, mas para a vida cotidiana, religiosa e do lar, traçando uma identidade presente ao curso e às alunas dos cursos normais desse período. Percebemos também, a presença dessa formação no curso normal do Colégio Providência, bem como a preocupação em se formar a mulher sob as características cristãs de civilização para a República.

Apresentamos, assim, as várias características que pudessem compor as escolas normais brasileiras do início da República, buscando em cada momento, fazer um panorama desse aspecto e compreender a possível inserção (ou não) do curso normal do Colégio Providência, fosse no projeto que se tinha pela formação docente da mulher, na preocupação pela melhora dos cursos normais, fosse ainda, no embate político-religioso que se via presente em torno dessas instituições.

CAPÍTULO 1:

A pesquisa em História das Instituições Escolares: a consolidação de um campo

1.1: As Instituições Escolares entre o final do século XIX e início do século XX

A linha de pesquisa em História das Instituições Escolares vem se constituindo, cada vez mais, como um campo fértil para os estudos no campo da História da Educação. Ainda que de forma esporádica, podemos encontrar trabalhos relacionados ao tema desde as décadas de 1950 e 1960, chegando à sua consolidação na década de 1990, quando se obteve um maior número de trabalhos voltados a esse tema (NOSELLA & BUFFA, 2009). Atualmente, no âmbito de pesquisas em História da Educação (tanto no Brasil como em outros países), os estudos acerca das instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, o que nos mostra a relevância atual deste recorte temático.

No caso específico de Minas Gerais, o tema tem sido bastante visitado em termos de pesquisa nas últimas décadas. Em levantamento realizado sobre a produção em História da Educação em Minas Gerais, FARIA FILHO, et.al. (2005) indicou que de 1985 a 2001 o terceiro objeto de pesquisa mais visitado pelos pesquisadores, havia sido o estudo sobre as Instituições Escolares. Em apontamentos mais recentes, VEIGA (2012) traz o levantamento dos trabalhos apresentados nas cinco primeiras edições do Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (2001, 2003, 2005, 2007 e 2009) e nos mostra que o tema foi o mais pesquisado entre os participantes, com um total de 133 trabalhos, o equivalente a 23,8% de todos os trabalhos apresentados, abarcando várias cidades e abrangendo todas as regiões do Estado.

Dentre outros fatores, o significativo aumento de pesquisas sobre a História das Instituições Escolares se deve, em muito, pelo fato de que o número de fontes pesquisáveis sobre esse tema é enorme, havendo

um processo de investigação onde se cruzam informações de várias naturezas: orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias – um manancial de informação cujas exploração e utilização carecem de uma cuidada vigilância hermenêutica. Um vaivém esclarecido entre a memória e o arquivo (MAGALHÃES, 1999 b, p. 63).

Com o alargamento das fontes (consequentemente das abordagens, problemáticas e da diversidade das perspectivas teóricas) e considerável aumento do interesse pelas pesquisas em História das Instituições Escolares, põe-se em discussão quais são as efetivas implicações e características desse campo, colocando em debate as inúmeras particularidades em que ele se insere e, em particular no Brasil, qual o momento em que se pode considerar como sendo o de início da “institucionalização educativa”¹ no país.

É entre o final do Império e início da Primeira República no Brasil, o momento no qual a educação torna-se progressivamente uma prática institucional-escolar, pois é nesse período em que a instrução educacional passa a ser vista com maior atenção pelos diferentes tipos de interesse e ideais, direcionando-a a um único tipo de instituição que vinha se especializando na tarefa educativa desde as primeiras décadas do Império: a escola (CASTANHO, 2007).

Em seu trabalho, que busca compreender as instituições escolares do final do Império e início da República no Brasil, CASTANHO (2007, p. 42-43) nos indaga se é possível afirmar que houve, realmente, um processo de escolarização antes do quarto final do século XIX, em nosso país, ou se tal processo se deu de forma “evolutiva”² ao longo da história do país, até “eclodir plenamente no final do Império”. Ainda que considere, desde a Colônia, os colégios e seminários jesuíticos, assim como outras ordens e outros métodos de ensino, o autor nos indica que esses “foram momentos de

¹ Defendido por alguns historiadores da Educação – em especial por Justino Magalhães – o termo “Instituições Educativas” busca ser mais amplo e abrangente do que a denominação Instituições Escolares, visto que apreende e caracteriza não apenas a “escola”, do modo estrutural como a conhecemos (com agentes especializados, procedimentos próprios, recursos instrumentais pertinentes e dotado de um espaço adequado), mas também outras formas e modelos pelas quais se ocorre o ensino e a transmissão cultural de conhecimento, na sociedade.

² O autor nos chama a atenção aqui, para que não compreendamos essa evolução como se os outros modelos educativos anteriormente aplicados em nosso país, tenham sido apenas “antecipações” da forma pela qual atualmente compreendemos a escola, muito menos que tal “evolução” tenha ocorrido de forma linear, mas sim através de vários interesses e ideais conjuntos ou em conflito.

um longo processo em que se formou a escola no Brasil”, sendo esse período – da transição do Império à República – o momento em que “a escolarização ganha seu estatuto de centralidade na vida cultural brasileira” (idem.).

Os interesses políticos e culturais trazidos pela formação da República no Brasil, podem nos levar a compreender melhor a questão da formação e consolidação das instituições escolares nesse período. Com a finalidade de que os ideais republicanos realmente se realizassem, as classes dominantes, através de seu discurso ideológico³, viam a necessidade de uma instrução/educação que atendesse o maior número possível de brasileiros (incluindo os das classes populares), defendendo, cada vez mais, a criação de escolas, com a intenção de sanar o problema do analfabetismo no país, colocando em prática o ideal republicano de que somente “através da escolarização se obteria a promoção e igualdade social, e a transformação da sociedade brasileira numa sociedade civilizada” (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2006, p. 1), ideal sempre defendido pelos liberais republicanos, desde o Império.

Até as primeiras décadas do século XX, a instrução pública mineira era, em sua maioria, atribuída às escolas isoladas, que se encontravam, muitas vezes, distantes e possuindo pouca comunicação com a administração municipal ou provincial, funcionando de maneira precária e com pouca instrução dos professores-mestres. O modelo de educação baseava-se, sobretudo, na preocupação de ensinar os alunos a ler, escrever e “contar”, o que trouxe grande inquietação aos intelectuais e políticos republicanos, que passaram a criticar a forma de instrução colocada por essas instituições (FARIA FILHO & VAGO, 2000). A necessidade de mudar esse quadro e buscar uma nova organização para o sistema educacional mineiro, fez com que “a ideia de reunir os alunos em um só prédio, com uma nova organização, assim como já acontecia em São Paulo [e em outros estados], ganha adeptos no ambiente intelectual e político mineiro” (PEDRUZZI, 2014, p. 25).

Em um momento onde a instrução pública não se encontrava administrada de maneira uniforme em toda a nação, a organização era consolidada e dirigida pelos governos provinciais. Com isso, a primeira proposta de organização do sistema educacional em Minas Gerais, após a criação da República, se deu pela Reforma João

³ Discurso esse que eram facilmente difundidos pelos meios dos quais essas mesmas classes eram detentoras, a saber: jornais, rádio, poder legislativo, etc.

Pinheiro, promulgada através da Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, a qual visava, como seu principal objetivo, suprimir o problema do analfabetismo, ainda muito presente em todo o território mineiro, o que também capacitaria as camadas mais pobres para o mundo do trabalho, além de orientá-los à civilidade e aos novos modelos republicanos agora presentes.

Outro aspecto que podemos salientar quanto ao estudo sobre as Instituições Escolares, e já apontado por Magalhães (1999 b; 2005), é o fato de que a história das instituições escolares não pode ser compreendida como mero registro de todas as atividades realizadas no cotidiano escolar de uma instituição, de um período recorrente ou de determinada característica/política educativa de uma instituição. É sua incorporação a um plano mais amplo, que envolva a macro, a meso e a micro abordagem da sociedade que a compõem, que faz do trabalho algo significativo no campo de atuação, buscando envolver assim, o global com o particular, em suas dimensões singulares.

Como podemos observar nos estudos apresentados por Nosella & Buffa (2009) e Magalhães (1999 a), existe a necessidade em se apresentar uma identidade da instituição escolar pesquisada. Essa questão nos faz perceber, no entanto, que não podemos apenas considerar o fenômeno social estudado de forma meramente factual e descritivo, mas, acima de tudo, dar-lhe um conteúdo interpretativo, a partir da percepção estabelecida sobre esta instituição, criando assim, uma identidade singular que a compreenda. A criação desta identidade, contudo, há de ser estabelecida para além do (re)conhecimento do cotidiano escolar e da cultura pedagógica da instituição ou pela totalidade de sua organização, compreendendo assim,

um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os atores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias”. (MAGALHÃES, 1999 a, pp. 68 – 69).

Com isso, percebemos que os estudos presentes no campo de História das Instituições Escolares, constituem-se como uma área do domínio do conhecimento que se encontra em permanente construção e renovação, e mesmo após mais de meio século do início de suas primeiras aproximações, vem se organizando e se renovando a partir de novas e inúmeras fontes documentais de informação. Essa organização, fez com que

se consolidasse a partir de suas características, “especificidade teórico-metodológica e de um alargamento [dentro] do quadro de análise da história da educação” (MAGALHÃES, 2005, p. 98), apresentando assim, um mapeamento espaço/temporal que cada vez mais se consolida na escrita da História, abordando junto à instituição, o contexto histórico da sociedade a qual pertence.

A partir disso, vemos a importância e o espaço que os estudos sobre História das Instituições Escolares têm ocupado no campo de pesquisas em História da Educação, não só no Brasil, como em muitos outros países (GATTI JÚNIOR & PESSANHA, 2007). Trata-se de um campo de pesquisa que se encontra em constante construção e renovação, com o alargamento cada vez maior de suas fontes de investigação e das problemáticas que estas trazem, nos apontando para um campo que necessita ser sempre retomado, buscando reconstruir a identidade histórica dessas instituições e sanando, assim, a preocupação que Magalhães nos traz, dizendo que “há de fato uma história da educação ameaçada” (MAGALHÃES, 1999 b, p. 63).

Ainda que não seja tarefa das mais fáceis, o propor-se à reconstrução histórica e identitária das instituições escolares brasileiras vem se mostrando cada vez maior e mais importante nos estudos histórico-educacionais (ou ainda, dos estudos históricos e educacionais) em diversos períodos do nosso país. Tendo como pressupostos que essa atividade “implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer” (SAVIANI, 2007, p. 24), vemos que, através dessas abordagens, podemos preencher lacunas que vão para muito além da própria instituição ou da relação desta com o meio sócio-cultural envolvente, no qual ela se encontra.

A importância presente nos estudos acerca das instituições escolares é que estes nos remetem, por vezes, ao quadro social, político e ideológico da sociedade e do período aos quais estas instituições pertencem, não ficando preso, apenas, à mera abordagem de sua linha evolutiva histórica ou da caracterização de uma identidade (por vezes criada a partir de necessidades ou interesses políticos e/ou ideológicos), mas integrando-a à uma realidade mais ampla, colocando-a no quadro de desenvolvimento da comunidade a que se encontra, conferindo-lhe um sentido histórico como agente responsável e influente no meio ao qual pertence.

1.2: As Instituições Escolares Católicas e o embate entre Ultramontanos e Liberais pela educação nos primeiros anos da República

Quando nos propomos ao estudo da História da Educação – e, sobretudo, da história da criação das instituições e grupos escolares – no período da primeira República no Brasil, havemos de tomar como princípio, as questões que agitaram o meio político ainda no final do período colonial e início do Império, e que trouxeram grandes discussões para os primeiros anos do período republicano.

Esse período foi marcado por um momento em que a disputa pela caracterização de um modelo político-social para a nação, encontrava-se totalmente aberto aos vários pensamentos presentes à época, sendo assim, “o modelo de organização do Estado se atualizava, seguindo os padrões oriundos da Europa ou da América do Norte, e se projetava sobre a recente federação brasileira, de maneira que disputas eram acirradas nas esferas representativas do poder” (COSTA, 2012, p. 15). A partir da compreensão desses fatos, podemos afirmar que a educação também se encontrava presente no âmbito das disputas entre os ideais de vários grupos político-sociais desse período. Aqui nos deteremos, de maneira mais específica, à disputa ocorrida entre os liberais e ultramontanos⁴, que se iniciou no Brasil ainda na primeira metade do século XIX.

Assim como em outras esferas políticas desse período, a educação (tanto pela importância, como pela influência direta que poderia gerar) se encontrava em disputa por esses dois grupos: de um lado, os seduzidos pelos ideais liberais presentes no país desde o Império, interessados pela manutenção político-econômica do período – ainda que buscassem um meio de ver o país livre das imposições de Portugal – objetivando, por meio da instrução pública, a criação de um Estado independente da metrópole e, sobretudo, laico; do outro lado, os bispos e clérigos ultramontanos, que tinham por

⁴ O termo Ultramontano surgiu na França e classificava pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade. Esses grupos eram tributários dos jesuítas europeus que acreditavam no poder absoluto do Sumo Pontífice e na autoridade da Igreja perante os governos. O grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UNICAMP*, disponibiliza, em seu glossário, uma descrição do termo Ultramontanismo, podendo ser acessado através do endereço: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm. Acessado em 10/05/2014.

intuito levar o evangelho aos fiéis e divulgar o que consideravam a verdadeira fé e os bons costumes da Igreja, reagindo aos ideais impostos pelos liberais e investindo fortemente na formação de um novo clero, voltado para a catequese e a educação das novas gerações, com a finalidade de fortalecer, novamente, os valores religiosos e, portanto, as ligações com a metrópole.

O princípio do embate entre esses dois grupos, remonta ao início do Império, quando, a partir da Constituição de 1824, o governo imperial cria o Beneplácito Régio⁵ e passa a contar com um meio de controle sobre a Igreja no país. Com a imposição desse Beneplácito – e através do regime de Padroado⁶, já existente na Península Ibérica, antes mesmo da chegada dos portugueses à América – o Estado busca limitar o poder exercido pela Igreja, proibindo os membros do clero brasileiro de cumprirem algumas das bulas, encíclicas e breves que eram editadas pelo Vaticano e que poderiam circular pelo país. A partir desse domínio, o Estado passaria a impor limitações ao poder da Igreja, como instituição centralizadora de poder.

É nesse cenário que surge o grupo de bispos ultramontanos, que além de buscarem (re)construir uma Igreja forte institucionalmente, livre da influência e interferência do Estado, passam a difundir inúmeras críticas à imposição do Beneplácito Régio por parte do governo imperial, como também, a tentativa de frear os ideais liberais e modernizadores que se encontravam em voga nesse momento – inclusive em segmentos do próprio clero –, não sendo

⁵ O Beneplácito Régio foi o preceito instituído pela monarquia portuguesa em que a Igreja, tanto em Portugal quanto no Brasil, sofreria interferência do monarca português, visto que as bulas, concílios ou qualquer outra determinação vinda do papa, haveria de passar por aprovação expressa do Imperador para ter validade e ser seguida no Brasil. Essa imposição imperial trouxe para a Igreja brasileira, sérios problemas: “desaparecimento de mobilização popular como as ordens religiosas, e a impossibilidade de qualquer mudança que atingisse os fundamentos de suas relações com o Império” (COELHO, 2008, p. 2).

⁶ O Padroado baseou-se em um tratado elaborado ainda no século XIII, entre a Igreja Católica e os Reinos de Portugal e de Espanha, em que a Igreja delegava aos monarcas destes reinos a responsabilidade pela administração e organização da Igreja Católica em seus domínios, o que também incluía suas colônias. Com isso, o monarca detinha o poder e tinha como missão: construir igrejas, nomear padres e bispos e só depois estes seriam aprovados pelo Papa. O grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UNICAMP* disponibiliza, em seu glossário, uma descrição do termo Padroado, podendo ser acessado através do endereço: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado1.htm. Acessado em 10/05/2014.

possível analisar a característica da catolicidade [brasileira] desvinculando-a da romanidade. Como a partir de meados do século XVIII, parte expressiva do clero francês aderira à ideologia liberal, veiculada pelos enciclopedistas, o grupo fiel à Santa Sé passou a ser designado como ultramontano, ou seja, aquele que se alinhava ao lado do Pontífice Romano, o qual residia, a partir da ótica francesa, além dos Alpes, ou seja, ultramontes. (AZZI, 1992, *apud.* OLIVEIRA & MARTINS, 2011, p. 260).

Dessa forma, para que pudéssemos investigar o universo e a relação existente entre o Colégio Providência/Escola Normal (instituição católica) com a clientela a qual atendia, bem como sua relação com a comunidade a qual pertencia, e com as autoridades e o ideário político do início do século XX, fez-se necessário que investigássemos as “relações” existentes entre Igreja e Estado desde o século XIX, considerando os ideais e objetivos presentes no quadro político desse período, assim como suas intenções e atuações na educação brasileira desse período.

As questões da influência do liberalismo na educação brasileira, e de Minas Gerais, é literatura amplamente conhecida pelos historiadores da educação, na qual podemos encontrar apontamentos sobre seus desdobramentos, enfoques e atuação, dentre as quais destacamos: ANUNCIACÃO (2011); CURY (1988); FARIA FILHO (2004); FARIA FILHO & GONÇALVES (2003); GONDRA (2001); GONDRA e SCHUELER (2008); VEIGA & FONSECA (2003). De igual maneira, encontramos – ainda que em menor quantidade – considerável literatura destinada ao estudo das intenções e da atuação do movimento Ultramontano na sociedade e na educação brasileira e mineira, dentre as quais podemos ressaltar: ACHNITZ (2007); AZZI (1994); LAGE (2011); MANOEL (1996); MOURÃO (1962); OLIVEIRA & MARTINS (2011); PEREIRA (2002).

A atuação dos liberais no âmbito educacional em Minas Gerais, expressou-se de modo em que conseguiram colocar em prática o objetivo por eles idealizado na educação em todo o Brasil: processo civilizatório e escolarização pública.

Para além das questões ligadas à necessidade de civilizar e à implantação da escolarização pública, a política do liberalismo esteve presente no discurso educacional em Minas Gerais, na escolarização de meninos e meninas. Para Faria Filho [(2003)], as conexões entre escolarização e civilização eram marcadamente liberais e iluministas, uma vez que articulavam a necessidade de ampliar a educação escolar para a constituição da civilidade mineira (LAGE, 2011, p. 73).

Com a finalidade de fortalecer os valores religiosos, a Igreja e seu clero ultramontano – tanto em Minas Gerais como em todo o Brasil – passaram a reagir às ideias liberais, investindo fortemente na formação de um novo clero que pudesse ter constante atuação através da educação. Objetivando implantar e consolidar os ideais ultramontanos através da educação, uma das principais estratégias desses clérigos foi a “importação” de congregações femininas⁷ vindas da Europa. A vinda dessas congregações para o Brasil, não se deu apenas pela experiência pedagógica que essas possuíam ou pela ampliação da oferta de escolas no país, a chegada do carisma educacional das freiras e suas congregações tinha como principal estratégia a reação ao ideal de modernidade liberal e laica, que se introduzia fortemente no país.

O que se encontrava em pauta nos primeiros anos da República, era o conceito de modernidade que esse novo modelo político poderia trazer ao país, levando-o à civilidade de seu povo e sua inserção ao rol dos países ocidentais civilizados. Com isso, percebemos que, mesmo se objetivando contra o ideal de modernização, proposto pelos liberais, os ultramontanos buscavam um meio de levar a civilidade ao povo brasileiro, através do ideal de mundo regido pela Igreja. Tais objetivos conduziram à utilização da educação como meio para difusão dos ideais de ambos os grupos, que se aproveitaram do alto número de instituições escolares que vinham sendo criadas nesse período.

Nessa perspectiva, a escola se torna o espaço legítimo para exercer essa função e se torna indispensável para a vida social por ser a instituição que confere o aprendizado indispensável para a vida em sociedade, pois ela não só transmite os padrões culturais em circulação como modela os comportamentos, os afetos, os instintos visando o tipo de sociedade que se quer formar. As práticas escolares podem ser entendidas perfeitamente como práticas civilizatórias por abrangerem as várias esferas da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo (COELHO, 2010, p. 98).

A reação dos ultramontanos diante do ideal de modernidade que ameaçava a unidade eclesial e que comprometia a soberania da Igreja, se deu através da proposta que os bispos e intelectuais católicos (como foi o caso de Dom Viçoso em Minas

⁷ Cabe apontar que o grande número de congregações religiosas femininas da Europa (em especial as congregações francesas), que tinham por objetivo dedicarem-se à educação, não se destinaram apenas ao Brasil, mas a muitos outros países das Américas. Tal ação se consolidou pelo fato de que, além de conseguirem fugir do anticlericalismo francês, essas ordens encontravam em terras americanas, um grande espaço para que pudessem difundir seus ideais de educação católica.

Gerais) apresentaram como mudança, visando a restauração social e moral dos valores cristãos, retomando a centralidade da instituição em seu líder maior, o Papa. Essa proposta foi acatada por boa parte da sociedade brasileira, sendo vista como alternativa às intenções liberais que se apresentavam à população. O meio pelo qual esse grupo encontrou para divulgar e implantar seus ideais, foi por meio da educação, onde puderam assumir uma postura em que o clero possuísse uma maior participação na educação da população, “formando uma educação sistemática que promovesse a recristianização do povo brasileiro e a recuperação do poder e da influência religiosa na vida privada” (COELHO, 2010, p. 68).

Podemos perceber com isso, a importância que a educação passou a ter no início do período republicano, tendo papel fundamental na disseminação dos ideais propostos por esses grupos. Os liberais, por um lado, buscavam a criação de uma educação que se constituísse livre de dogmas religiosos, alcançando o maior número de cidadãos possíveis (inclusive as camadas populares), com a finalidade de civilizá-los e instruí-los para o novo regime político e, assim, transformar o Brasil, através da educação dada a seus cidadãos, em um país moderno, à altura das grandes potências europeias; do outro lado, por sua vez, os ultramontanos utilizavam-se dos meios educacionais para se colocarem contra os ideais de modernidade propostos pelos liberais republicanos, voltando-se para os princípios primeiros da Igreja Católica, apontando que o novo homem civilizado deveria carregar consigo as marcas do cristianismo (compreendendo cristão como sinônimo de católico e não abarcando as demais religiões cristãs), meio único para o engrandecimento de um país.

1.3: O Colégio Providência: sua criação e atuação na cidade de Mariana

É nesse contexto, em meio às disputas e interesses politico-culturais entre Igreja e Estado, que o Colégio Providência se insere na cidade de Mariana. Embora o objetivo do presente trabalho se caracterize no estudo da Escola Normal de Mariana entre os anos de 1906 e 1930, buscando compreender quais eram seus sujeitos, sua(s) característica(s), além dos projetos educacionais e pedagógicos do curso normal, nos foi grande a preocupação em se entender a trajetória que o Colégio Providência (instituição que abrigou a Escola Normal de Mariana) construiu desde os primeiros anos de sua

constituição na cidade de Mariana, ainda em meados do século XIX. Por meio da análise de fontes do período em questão e de pesquisas já realizadas sobre a implantação e funcionamento do colégio, nos atentamos à busca pela identidade religiosa e sócio-educacional dessa instituição, bem como a compreensão de como se deu sua atuação e introdução na cidade de Mariana.

“Senhor, era meu único sonho: não morrer antes de ver na ‘minha querida Mariana’ as Filhas da Caridade.” Com essas palavras, o então Bispo de Mariana, D. Antonio Ferreira Viçoso, um dos principais nomes na reforma proposta ao clero em meados do século XIX, orgulhou-se, por conseguir trazer as 12 Irmãs da Caridade⁸, da Ordem de São Vicente de Paulo, que vieram da França para o Brasil com a finalidade de fundar a primeira instituição da ordem no país. Padre da ordem dos Lazaristas⁹ portugueses, D. Viçoso¹⁰ assumiu o papel de educador nos vários colégios por onde passou desde que chegou ao Brasil, em 1820, e que o levou a ter grande preocupação em desenvolver um projeto educacional para a região de Mariana, logo que foi nomeado bispo, em 1844.

O projeto educacional de criação do colégio contou com a presença e implantação da pedagogia vicentina pelas Filhas da Caridade, buscando uma reforma verdadeiramente eficaz, que só seria possível mediante a colaboração de religiosos vindo da Europa com essa finalidade específica. A utilização dessa Pedagogia Vicentina (mais especificamente, o ensino vicentino feminino) tinha por objetivo, fortalecer o ideário ultramontano e utilizar-se da mulher como instrumento de expansão de um novo discurso do catolicismo, visto que, diferente dos antigos recolhimentos, as alunas eram preparadas para a vida e ação em sociedade e não apenas para a prática religiosa.

⁸ As religiosas pertencentes à essa Ordem, são também conhecidas como Irmãs Vicentinas, Irmãs da Caridade ou, ainda, como Servas dos Pobres. A ordem foi criada em Paris, por São Vicente de Paulo e Luisa de Marillac, no ano de 1633, tendo como bases, a vida apostólica, comunitária e de ajuda aos mais pobres, nas várias instituições fundadas pela Ordem.

⁹ Também conhecida como Congregação das Missões ou ainda Congregação dos Padres e Irmãos Vicentinos, é uma Ordem Religiosa Masculina, que foi também fundada por São Vicente de Paulo em Paris, no ano de 1625.

¹⁰ D. Antônio F. Viçoso nasceu em 1787, na Vila Peniche, distrito de Leiria, Portugal. Concluiu sua formação sacerdotal pela Ordem dos Lazaristas em 1814, ingressando logo depois no Curso Filosófico. Teve grande formação intelectual após seu sacerdócio, quando adquiriu formação em Teologia Moral e Dogmática, Direito Canônico, História Sagrada e Liturgia. Ensinou Filosofia no Seminário de Évora, Portugal e, já no Brasil, foi educador nos Colégios do Caraça, de Jacuecanga (no Rio de Janeiro) e em Campo Belo. Cf. COELHO, 2010.

Com sua atuação baseada no atendimento das camadas mais necessitadas da sociedade, a Ordem das Irmãs da Caridade se fez presente nas Casas de Saúde, Hospícios, Casa de Órfãos e, sobretudo, nas instituições educacionais femininas por elas administradas, atuando simultaneamente, no assistencialismo, na educação e na caridade. Dessa forma, a preocupação primeira da Pedagogia Vicentina trazida ao Brasil, era a da educação da mulher, visto que

os educandários femininos, especialmente os internatos dirigidos por religiosas, foram criados e/ou reestruturados para receber as jovens e prepará-las para assumirem, futuramente, o papel predestinado e predeterminado pela sua condição de gênero: o de mulher mãe-esposa educadora (ARRUDA, 2009, p. 11).

Dessa forma, a instalação do Colégio Providência se deu através de um projeto muito mais amplo, que ficou conhecido como ultramontanismo, buscando apresentar um processo de romanização ao catolicismo no Brasil, constituindo assim, um movimento resistente às liberdades modernas. Dirigida pela alta hierarquia eclesiástica, esse processo tinha como objetivo, em um primeiro momento, desvincular os projetos católicos da Coroa Imperial luso-brasileira e colocá-la diretamente sob as ordens da Santa Sé, obedecendo apenas às imposições determinadas pelo Papa, tendo como principais preocupações em sua reforma, a posição que o clero passaria (ou voltaria) a adotar e a conquista do povo pela fé católica.

No período em que vemos a instalação do Colégio Providência em Mariana (meados do século XIX), percebemos que esse se trata de um período em que no Brasil (e, em especial, Minas Gerais), são fundadas várias instituições católicas de ensino, como os eremitérios de Nossa Senhora da Piedade, na Serra da Piedade e de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça e do recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Da mesma forma, nesse período, passaram a se expandir a criação de Instituições Escolares comandadas pelas ordens que vinham da Europa com essa finalidade.

Se por um lado, o liberalismo em Minas Gerais (ainda que não se comportasse como o difundido na Europa, nesse período, encontrava-se fortemente implicado à educação, visando sempre o processo civilizatório e progressivo através da escolarização controlada pelo Estado, ao mesmo tempo em que os ultramontanos viam a

educação como forma de catequização e fortalecimento dos valores e ideais religiosos, reagindo às ideias de modernidade e civilidade colocada pelos liberais.

O movimento dos “bispos reformadores” teve por principal objetivo promover a reforma na Igreja, que, por passar a apresentar características diversas já desde 1840, perdia força na sociedade, tanto entre o clero liberal como pelas antigas ordens religiosas. Nesse processo, viam a consolidação e implantação dos ideais de ultramontanismo a partir da educação, utilizando-a como uma estratégia de reação às ideias modernas, liberais e laicas. Levando a uma reformulação em vários de seus aspectos, a Igreja buscou também, se manter aliada à política da monarquia de D. Pedro II, que começava a se constituir nesse período, e que também era duramente criticada e atacada pelos liberais republicanos. A aliança destas duas instituições, unia força para que reagissem em conjunto às tendências liberais vigentes (LOPES, 1993, p. 50-51).

A Casa da Providência já contava com um hospital e um orfanato no ano de 1849, quando as primeiras irmãs chegam ao Brasil, passando a ter, no ano seguinte (1850), um colégio, destinado à implantação da educação vicentina para as meninas da cidade de Mariana e de toda a região, realizando assim, o sonho que D. Viçoso tanto almejava em seu projeto educacional. Com esse mesmo compromisso pela implantação da educação vicentina, e tendo em vista a importância, desde o Império, do projeto educacional de Mariana para a região, em 1902 o colégio passa a ter, em anexo, a Escola Normal de Mariana, contando assim com um curso para a formação e capacitação de professoras que atuariam na escolarização básica em toda a região.

CAPÍTULO 2:

A formação de professores na República: a preocupação com a civilidade

2.1: As Escolas Normais no Brasil e em Minas Gerais: do Império à República

A preocupação para com a formação e qualificação dos professores é algo presente desde o século XVII, quando Comênio, em sua *Didática Magna*, visa uma maneira abrangente de se “ensinar tudo a todos”, observando as necessidades que o nascimento do período moderno traz ao ocidente. Mas é com a Revolução Francesa e a busca por uma instrução popular e de maior aprofundamento, que a formação docente para a prática de ensino passa a se fazer necessária. Com o crescente número de instituições educativas surgidas nesse período na Europa, as Escolas Normais são criadas e passam a se encarregar da formação dos professores, sendo a primeira instituição a levar esse nome, a que fora instalada em Paris, no ano de 1795.

Para Saviani, com a criação da Escola Normal de Paris

[...] se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal, simplesmente, também chamada de Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário. Assim é que Napoleão, ao conquistar o Norte da Itália, instituiu, em 1802, a Escola Normal de Pisa, nos moldes da Escola Normal Superior de Paris. Essa escola, da mesma forma que seu modelo francês, se destinava à formação de professores para o ensino secundário, mas na prática se transformou em uma instituição de altos estudos, deixando de lado qualquer preocupação com o preparo didático-pedagógico (2005, p. 12).

Ainda que a transformação destas em instituições de “altos estudos” tenha desviado as Escolas Normais da finalidade inicial para a qual foram criadas, a preocupação pela inserção dessas instituições passou a ser cada vez maior, se espalhando para outros países da Europa (como Alemanha e Inglaterra) e também para os Estados Unidos, fazendo com que fosse cada vez maior sua instalação ao longo do século XIX. No Brasil, no entanto, a preocupação em se formar professores qualificados, para atuarem na educação pública, só é percebida “após o Ato Adicional à

Constituição do Império, de 1834, quando o ensino elementar se tornou responsabilidade das províncias que, em consequência, também deviam cuidar do preparo de seus professores” (FERREIRA, 2010, p.14), o que levou os governos provinciais à instalação de escolas normais para a preparação de seus professores.

A primeira Escola Normal brasileira foi criada na cidade de Niterói, Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, do ano de 1835, com um curso de caráter público, a escola foi também pioneira em toda América Latina. O curso normal estabelecido nessa cidade trazia por objetivo, a síntese inicial da proposta dos cursos normais: formar e capacitar professores para atuarem no magistério de ensino primário. A partir da criação do curso normal em Niterói, várias outras Escolas Normais foram criadas em outras províncias, com essa mesma finalidade.

Ainda sob o Regime Imperial, percebemos que era grande o interesse pela criação dessas instituições, sendo possível, ainda em 1884, já serem encontradas – além da já criada em Niterói – ao menos outras 19, inseridas em diferentes localidades ao longo de todo o Império, sendo elas: em Minas Gerais (na cidade de Ouro Preto), em 1835 (instalada em 1840); Bahia, em 1836 (instalada em 1841); São Paulo, em 1846; Pernambuco e Piauí, em 1864 (instaladas em 1865); Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); Rio Grande do Sul, em 1869; Pará, em 1870 (instalada em 1871); Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); Amazonas, em 1872; Espírito Santo, em 1873; Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); Maranhão, em 1874; na Corte, em 1874 (escola particular) e em 1876 (escola pública, que foi instalada em 1880); Paraná, em 1876; Santa Catarina, em 1880; Ceará, em 1880, Mato Grosso, em 1874; Goiás, em 1882 (instalada em 1884) e na Paraíba, em 1884 (TANURI, 2000, p. 64 – 65).

A criação da Escola Normal de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, se deu no mesmo ano da que fora criada em Niterói, sendo proposta através do artigo 7º, da Lei nº 13, de 28 de março de 1835 e estabelecida cinco anos depois, no dia 5 de agosto de 1840. O estudo acerca da Escola Normal de Ouro Preto, também já é bastante considerado entre os pesquisadores, proporcionando atualmente, um amplo leque de estudos que têm essa instituição como objeto de suas pesquisas, dentre as quais podemos citar: ANUNCIAÇÃO (2011), GOUVÊA & ROSA (2000), MARTINS (2010), PEDRUZZI (2014), ROSA (2001), dentre outros.

Dessa mesma forma, percebemos que a preocupação pela formação de professores em Minas Gerais, ainda no período imperial, foi muito grande, assim como em outros locais do país, merecendo uma maior atenção quanto a pesquisas sobre essas instituições, levando em conta o considerável número dessas instituições criadas no período. Segundo GOUVÊA e ROSA (2000), em Minas Gerais, além da Escola Normal de Ouro Preto, haviam outras 8 Escolas Normais antes mesmo de ser instaurada a República no Brasil, sendo elas: de Campanha, em 1871; Diamantina, em 1879; Paracatu, em 1879; Montes Claros, em 1879; Sabará, em 1881; Uberaba, em 1884; Juiz de Fora, em 1884 e São João del-Rei, em 1884.

Podemos observar que é grande e notável a instalação de Escolas Normais em todo o país ao longo do período imperial, bem como a criação da primeira Escola Normal do Brasil, datada de 1835, consegue acompanhar o contexto em que estas instituições se expandem por países da Europa e nos EUA, entre os últimos anos do século XVIII e primeiros anos do século XIX. No entanto, percebemos também, que o funcionamento de muitos desses cursos se davam de maneira “frágil” e descontínua, sucumbindo pouco depois de se estabelecerem, não apresentando uma continuidade considerável e acabando por não ultrapassar o nível experimental de suas atuações.

Em muitos casos, esses cursos normais não possuíam boa estrutura, nem um bom funcionamento, não despertavam grande interesse da população – observado a formação de poucos alunos – o que os levavam a receber bastantes críticas nos documentos desse período e serem apontadas, por muitas vezes, apenas como “[...] um tipo de ensino elementar, mais propriamente voltado para aquilo que se deveria ensinar no curso primário do que para um aprofundamento de estudos e numa real formação profissional” (ALMEIDA, 1998, p. 25). Para TANURI (2000), a fragilidade apresentada pelos cursos normais estabelecidos no período imperial, não era adjetivo encontrado apenas em algumas instituições, tendo em vista que

[...] algumas características comuns podem ser observadas nas primeiras escolas normais aqui instaladas. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. (TANURI, 2000, p. 65)

Apesar de todas as limitações e dificuldades pelas quais esses cursos passavam para se manterem em atividade, percebemos que é somente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, com a constituição da República (e dentro da questão expansionista que as instituições escolares conhecem nesse período), que os cursos normais passam a se firmar em várias outras localidades do país, chegando a uma efetiva expansão de suas atividades. Dessa forma, coube à República “a tarefa de desenvolver qualitativa e, sobretudo, quantitativamente as escolas normais e de efetivar a sua implantação como instituição responsável pela qualificação do magistério primário” (idem, p. 67).

É nesse primeiro momento da República, com a busca pela implantação de um governo Liberal e com o aumento da preocupação em se estabelecer e centralizar um ensino de qualidade à população de todo o país – e não mais sendo responsabilidade dos governos provinciais –, que as Escolas Normais passam a se estabelecerem como referência para a “normalização” das práticas educativas. A centralidade da formação e instrução de novos mestres, orientada e estabelecida pelo Estado, buscava a uniformização do currículo escolar, como também, tirar das ordens religiosas aqui presentes, o poder de formarem professores e, com isso, disseminarem seu ideal conservador religioso nas agora escolas públicas,

uma vez que os liberais pretendiam formar um “Homem Novo”, um cidadão para dar respostas aos desafios do mundo moderno. Por isso rechaçava-se a Igreja concebida como aparato ideológico que freia o progresso da nação rumo à Modernidade. Formar Professores para educar num mundo novo, este era o desafio do governo liberal (JARDILINO, 2008, pp. 97 -98).

A preocupação com o rumo da nação à modernidade implicou, entre outras questões, que, no início do século XX, era facilmente encontrada nas Escolas Normais, a preocupação por se estabelecer uma cultura sócio-escolar em que sua instrução buscasse se adequar aos modelos europeus de civilização, sobretudo o modelo francês¹¹, onde podemos perceber que a sociedade francesa do início do século XIX se encontra

¹¹ Podemos notar que, dentre os países da América Latina, a preocupação pelo estabelecimento de um modelo educacional vindo da França, sobretudo um modelo presente nas Escolas Normais, não se deu apenas no Brasil, mas em outros países como Argentina, Colômbia e México. Cf. JARDILINO, José Rubens L. *Houve uma Escola Normal Superior na América Latina? O caso Brasil e Colômbia*. Rhec N° 11, 2008, pp. 95 – 108.

sempre vinculada à ideia de progresso e civilização, sendo representada, no período moderno, como principal representante e “grande genitora da República”.

Conforme apontamos no primeiro capítulo, com a criação dos grupos escolares e o processo de institucionalização escolar, ocorrido nesse período do início da República, a escola primária passa por um processo de expansão, reforma e remodelação em sua estrutura, trazendo novas exigências ao processo de formação dos professores, levando à reformulação dos padrões de ensino na Escola Normal. Dessa maneira, não é difícil compreendermos que

as alterações realizadas na escola primária provocaram mudanças correspondentes na escola normal, de tal maneira que a preocupação com a primeira não pode ser analisada independentemente da preocupação com a segunda; na realidade, ambas constituem duas facetas de um mesmo problema, pois a nova natureza e as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam se, além de outras condições, fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários, considerado a pedra angular para o perfeito êxito da nova escola primária (NAGLE, 2009, p. 239).

É a partir da década de 1920, no entanto, que a Escola Normal passa por uma transformação mais profunda, superando as deficiências que o curso apresentava desde o início do Império, buscando atender sua falta de conteúdos especiais (que tanto desqualificava a atuação desses cursos) e atender às novas exigências propostas pelo projeto de escolarização primária, então pensado para a República. Nesse período, os objetivos da Escola Normal passam a serem vistos com maior atenção e importância, trazendo nova característica e designando à ela – além de sua finalidade primeira de capacitar as pessoas consideradas aptas ao magistério – a tarefa de moldar uma nação republicana, formando os formadores que teriam a tarefa de levar a educação a seus cidadãos.

A resignificação política e ideológica que percebemos na Escola Normal com o advento do período republicano é notável, tanto pela reformulação do processo pedagógico que o curso passa a ter (buscando superar a “simplicidade” presente no currículo desses cursos, inclusive com a contratação de professores com diploma universitário, formados, sobretudo, em Medicina e Direito), quanto pelos aspectos físicos em suas estruturas, como por exemplo, a implantação de cadernetas escolares

para os alunos, a contratação de inspetores de ensino pelo próprio governo e também pela magnitude dos edifícios que passaram

a ser construídos especialmente para a escola e possuía uma arquitetura que seguia os princípios recomendados de higiene: as salas de aula deveriam dispor de boa circulação de ar, de iluminação suficiente para o estudo e mobiliário adequado ao físico dos alunos. Além disso, o exterior dos prédios construídos durante a Primeira República era monumental para os padrões da época: tratava-se de edifícios que se destacavam do entorno, para tornar visível para a população a importância da escola para a nação (VICENTINI & LUGLI, 2009, p. 37).¹²

Como nos afirmam NOSELLA & BUFFA, “a antiga Escola Normal foi a matriz pedagógica republicana do ensino fundamental brasileiro” (2002, p. 8). Ainda que na transição do Império à República, não se tenha vivenciado mudanças radicais no campo da educação, podemos perceber o grande cuidado que a República trouxe em reviver a Escola Normal, preocupando-se com a adequada formação profissional dos professores para o magistério, como também, a preocupação em se inserir disciplinas de cunho pedagógico, trazendo melhores estruturas a esses cursos.

Com isso, a importância dada à formação de professores no período inicial da República – e aos anos que se seguiram e que foram essenciais para sua consolidação –, fez da Escola Normal “uma das mais fortes instituições criadas pelo Estado republicano” (JARDILINO, 2008, p. 98). Nesse período, essa instituição conquistou ainda mais força no seu ideal primeiro, que era o de formar e qualificar professores para a atuação docente, mas foi mais que isso, passou a ser percebida para além da formação de professores primários que atuavam nas escolas de todo o país, dando maior importância também, à forma de instruir e educar os pequenos cidadãos brasileiros, moldando assim, a então recente nação republicana.

¹² Referente à questão da Arquitetura Escolar, podemos perceber que esse é um campo de estudos que vem se mostrando muito amplo, instigando grande atenção por parte dos pesquisadores, em especial as Escolas Normais e Grupos Escolares que surgiram no período republicano. Para Carlos Monarcha, que conferiu especial atenção a esse tema, quando abordou a Escola Normal de São Paulo, “a fachada grandiosa, interior imponente e transparente” despertava na população um sentimento de devoção à essas instituições, onde elas, ao serem reconhecidas como Escolas, também “produziam a auto-imagem de uma época, despertando sentimento de afeição e identificação com o novo regime” (MONARCHA, 1999, pp. 194-195).

2.2: O ensino normal e o contexto educacional no Brasil e em Minas Gerais nos primeiros anos da República

Em seu livro *Educação e Sociedade na Primeira República*, antes mesmo de adentrar, propriamente, às abordagens do campo da educação, Jorge Nagle nos apresenta um amplo panorama dos setores político, econômico e social, bem como os vários movimentos, correntes e ideias político-sociais que se apresentavam à política no período da Primeira República. A percepção deste contexto, e o grande número de interesses políticos, é importante para que possamos compreender o enorme entusiasmo e o ideal presente, de que a modernização do país só seria alcançada por meio da educação, o que fez desse campo um grande meio de disputas, trazendo como principais expoentes os liberais e os clérigos, representantes da Igreja Católica.¹³

Vale lembrar, que o Brasil, nesse período, passava por inúmeras reformas e mudanças, estabelecendo-se, ainda, uma nova fase do sistema capitalista no país, com dois aspectos de grande impacto:

de um lado, com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, que se vai processando no tempo; de outro lado, rompem-se os alicerces da sociedade estamental e se estruturam as bases de uma sociedade de classes (NAGLE, 2009, pp. 114).

Essas transformações estruturais afetaram diretamente o ideal de instrução da população e seu desenvolvimento, tendo em vista que a chegada do sistema urbano-industrial exigia uma sociedade instruída e capacitada o suficiente para se introduzir nos complexos meios de produção, até então não experimentados no país¹⁴. No entanto, os ideários e projetos de instrução que eram criados em todo o país, com a finalidade de abranger o maior número de cidadãos, não eram suficientes para educar toda a sociedade brasileira.

¹³ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3ªed. 2009.

¹⁴ Atualmente podemos encontrar uma grande literatura que traz, com maior aprofundamento, as questões da educação como meio de instrução e adaptação da mão de obra ao trabalho, nos primeiros anos da República. Cf. FARIA FILHO & VAGO, 2000; NAGLE, 2009; NOSELLA & BUFFA, 2002; VEIGA, 2007, dentre outros.

Dessa forma, na maioria das vezes, via-se uma melhor aplicação desses projetos apenas em determinados estados ou regiões do país, quase nunca chegando a outras localidades, o que trouxe uma interpretação histórica para o século XX, colocando à discussão a tese da existência de “dois brasis”¹⁵: o que se encontrava em processo de melhor instrução, presente no litoral e em grandes localidades urbanas (sobretudo no sudeste) e os que se encontravam menos instruídos, presentes no interior do país (no sertão).

No período em que a República foi proclamada no Brasil, o país contava com uma população estimada em 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram considerados analfabetos, número extremamente alto e que descaracterizava, em muito, o projeto de modernização ao qual o país se propunha. Trazendo uma analogia que se baseia na obra de Michel Foucault, Cynthia G. Veiga nos aponta que, da mesma forma que para o autor, “é o hospício que produz o louco como doente mental; poderíamos dizer o mesmo em relação ao dispositivo de escolarização, ou seja, é a escola que produz o analfabeto como ignorante” (VEIGA, 2002, p. 91).

Foi a partir do pensamento de que eram as pessoas não instruídas (não alfabetizadas) que freavam o desenvolvimento da nação, e da preocupação em se levar a educação ao maior número possível de cidadãos, que a República trouxe ao país (através do ideal de modernização e desenvolvimento) a necessidade da ampla criação de instituições escolares e cursos normais, que acabaram por se consolidar nesse período. Vale lembrar, que no Brasil, assim como havia se configurado em países da Europa e nos EUA, “a ideia de modernização da sociedade, a partir da organização dos estados modernos, não passa pela infra-estrutura econômica, mas por um processo de racionalização que afeta as mentalidades e o dispositivo social” (*idem*, p. 96), sendo esse ideal a levar o Brasil à inquietação pela instrução de seus cidadãos.

Através da compreensão dessa necessidade de instrução, é notável que, logo após a proclamação da República, a preocupação em educar os cidadãos se intensifica

¹⁵ Essa discussão se deu, sobretudo, pelas análises da realidade brasileira elaborada por dois franceses, em 1957: Jacques Lambert, com seu livro "Os dois Brasis" e Roger Bastide, com "Brasil: Terra de contrastes". São dois exemplares da impressão dualista sobre os tempos históricos, que exigiam, em ambos, um movimento de equiparação, dois manifestos por uniformidade do país, buscando mostrar que, por quase um século, quando se falava do sertão, havia de se ter em mente todo um país.

de maneira muito mais intensa do que as que haviam sido propostas anteriormente no Brasil. Essa preocupação se deu pela necessidade presente que se constituiu, em instruir a população nos padrões então pensados para o novo modelo político e econômico que fora implantado com a República no país.

Podemos perceber essa intensificação das propostas educacionais através da criação e configuração de novos modelos de instituições escolares, que se consolidavam nesse período e que acabavam por trazer a necessidade de um preparo específico e adequado para os professores que passariam a atuar nesse novo modelo de educação. Para a consolidação de um projeto educacional bem sucedido, era necessária uma boa formação dos professores que atuariam nessas escolas. Dessa forma, a função do professor não se baseava mais em apenas ensinar a criança, mas em educá-la no sentido social, preparando-a para a vivência em sociedade e na sua transformação em um cidadão nos moldes republicanos.

A formação dos professores não poderia mais se dar de forma tecnicista, ensinando apenas as matérias propostas pelas escolas primárias, o que leva a se

observar uma dupla preocupação no processo de formação do professor: a profissionalização e uma nova conformação moral e social daqueles que pretendiam ensinar. Essa preocupação permeou a trajetória histórica da Escola Normal nas principais cidades brasileiras. A busca de um profissional da educação, ou melhor, um “civilizador”, em conformidade com os novos princípios de urbanidade, esteve presente nas discussões e nas reformas educacionais no início do século XX. Desde então, segundo Martins (2009), era preciso formar um novo tipo de educador, num “*locus*” específico, onde a escola normal deveria possuir instalações apropriadas para a sua missão, de acordo com os princípios morais e científicos que pudessem “conformar” o homem moderno e civilizado (FERREIRA, 2010, p.52).

A mudança que ocorreu na Escola Normal nesse momento, não se deu apenas nos ideais pedagógicos, de ensino e de formação dos professores, ela destinou-se, também, a uma atenção ao espaço físico dessas instituições, que passaram a ser constituídas sob o pensamento de ser um “convite à aprendizagem”, trazendo grandes mudanças em suas estruturas. Pôde-se perceber o cuidado com a criação e/ou consolidação de grandes bibliotecas escolares, de auditórios para palestras e apresentações, museus pedagógicos e científicos, ginásios e quadras para práticas esportivas, oficinas de trabalhos manuais, dentre outros espaços. De certa maneira, essa

mudança estrutural fez com que “a escola deixasse de ser pensada como um mero conjunto de salas de aula” (VEIGA, 2007, p. 229).

Ainda que praticada de forma mais ou menos intensa nas diferentes regiões do país, a preocupação com a instrução da população, e conseqüentemente com a formação dos professores, pôde ser percebida em praticamente todo território nacional, visto o número de escolas normais que se consolidaram nesse período, bem como o grande número de leis, decretos e reformas educacionais que passaram a ser criados logo após a ascensão do governo republicano. Em Minas Gerais esse quadro não foi diferente.

Três anos após a instituição do regime republicano no Brasil, o governo mineiro, através da Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, editou a primeira reforma educacional do estado, que ficou conhecida pelo nome de Reforma Afonso Pena, a qual propunha uma “nova organização da instrução pública em Minas Gerais”. O regulamento das escolas normais do estado, no entanto, só acabou sendo editado seis meses depois, através do Decreto nº 601, de 27 de fevereiro de 1893. Uma das principais preocupações desse Decreto foi a de formar bons professores, que não fossem instruídos apenas nos modernos modelos pedagógicos e científicos, mas também formá-los como “moralizadores da instrução pública” (GOUVÊA & ROSA, 2000, p. 24), acompanhando o pensamento que se difundia por todo o país.

A preocupação com uma mudança que trouxesse melhores condições às escolas mineiras foi intensificada nesse período, passando por uma (re)organização consolidada através da reforma instituída em 1906, conhecida como Reforma João Pinheiro, que passou a instituir um modelo de inserção e atuação através da criação dos Grupos escolares. Com a implantação dessa reforma, o governo conseguiu homogeneizar e controlar as práticas das escolas públicas em todo o estado, muito a partir da criação e consolidação dessas instituições escolares, que substituíam as escolas isoladas, as quais o Estado pouco tinha acesso e quase nenhum controle.

Com a inserção do modelo proposto na reforma João Pinheiro, buscou-se a inclusão de um padrão escolar adaptado à Pedagogia Moderna, apresentada como principal modelo educacional nesse período, simbolizando o progresso e a disciplinarização dos alunos para a civilidade, como para o trabalho. Diferente das escolas regidas por congregações católicas, esta reforma abria espaço para uma real intervenção do Estado, através dos conteúdos, horários, práticas pedagógicas e

disciplinares que atingiam todo o universo escolar público estadual, abrangendo grande parte da população com uma educação gratuita, que buscava romper com o privilégio da elite pela educação, além de uma proposta de estabelecer a escola laica no estado.

Outra característica de grande impacto que se consolidou com a reforma estabelecida em 1906, foi o fato de o governo ter eliminado a educação religiosa das escolas públicas em Minas Gerais, seguindo assim, o pensamento proposto pelos governos liberais, que vinha se consolidando em todo o país. Nesse momento, há uma grande atuação por parte dos líderes católicos mineiros, que passam a mobilizar a sociedade leiga com a finalidade de exercerem grande pressão sobre o Estado e terem revogada essa medida. Em primeiro momento, no entanto, a pressão sobre essa decisão não obteve maior êxito, mantendo-se a orientação proposta pelo governo.

A partir desse momento, os clérigos de Minas Gerais (que até então era considerado como “o Estado mais católico do Brasil”), passam a organizar um forte movimento denominado Ação Católica, buscando a defesa dos interesses da Igreja, tanto junto à população leiga, quanto junto ao próprio clero. Essa ação tomou forças ao longo das duas primeiras décadas do século XX, em que buscavam conquistar, novamente, um maior prestígio e influência da Igreja sobre as ações do governo liberal. Com a intensa atuação desse, a medida consegue ser revogada em 1928, de forma que a igreja mineira se viu como pioneira, conseguindo antecipar algumas mudanças que, posteriormente, ocorreriam em nível nacional (MAINWARING, 1989, pp. 45 - 47).

As escolas confessionais, a partir dessa questão, buscaram intensificar sua atuação no campo educacional que se encontrava em disputa nos primeiros anos da República. Na busca pela inserção e reconhecimento de seus ideais sócio-pedagógicos em todas as esferas da sociedade, as muitas escolas primárias dirigidas por ordens católicas (que atuavam desde o início do século XIX), passaram a oferecer o curso normal como alternativa aos cursos de formação de professores que eram apresentados pelas Escolas Normais de controle do Estado.

A realização desse projeto pode ser observado quando levamos em conta o grande número de instituições que se concretizaram em vários lugares do país, com a efetivação e atuação de seus cursos normais, que se caracterizavam quase como presença obrigatória nos colégios católicos, sobretudo aqueles dirigidos por ordens religiosas femininas. Em Minas Gerais, esse crescimento também pôde ser percebido,

conforme apresentam LOPES & BICALHO (1993)¹⁶ em estudo mais detalhado e específico das características do ensino mineiro, apontando que cerca de 82% dos colégios religiosos femininos ou mistos, que eram dirigidos por congregações femininas, já existentes em Minas Gerais antes da proclamação da República, tiveram a implantação do curso de formação de professoras entre o final do século XIX ou início do XX, quadro no qual podemos incluir o curso normal oferecido pelo Colégio Providência, em Mariana.

2.3: O curso normal do Colégio Providência: instituição, sujeitos e formação docente nos primeiros anos da República.

Com o mesmo compromisso proposto por Dom Viçoso, no momento da criação do Colégio Providência, em 1849 (e levando-se em conta a importância de um projeto educacional então proposto para a cidade de Mariana, desde o Império), o colégio passa a oferecer, a partir de 1902, um curso normal para a formação de professoras que atuariam na escolarização básica. Como pudemos perceber, nesse período do início da República, a presença de cursos normais em colégios dirigidos por ordens femininas em Minas Gerais, torna-se quase obrigatória, sendo em sua grande maioria, oferecidos apenas para mulheres.

O carisma das Irmãs Vicentinas, junto à grande aceitação e admiração que tinham por parte dos moradores de Mariana, e a experiência que traziam no campo da educação, foram essenciais para a implantação do curso normal no Colégio Providência, tendo em vista que

a adaptação constante das vicentinas às necessidades educativas locais propiciou ao Colégio Providência a equiparação às Escolas Normais do Estado em 1902. A Congregação das Filhas de Caridade foi a primeira organização feminina a se instalar em Minas Gerais, o seu Colégio foi a primeira instituição privada que oficialmente preparou professoras para as escolas mineiras (LAGE, 2010, p. 116).

¹⁶ LOPES, Eliana M. T. e BICALHO, Marly G. *Colégios Religiosos Femininos e Masculinos em Minas Gerais: um mapeamento ainda provisório*. Educação em Revista, n. 17, Belo Horizonte: UFMG, jun. 1993, p. 54.

A partir de sua equiparação às demais Escolas Normais do Estado, através do decreto nº 1502, de 15 de janeiro de 1902, o Colégio Providência passou a contar com um curso normal, com duração de quatro anos, que admitia tanto a presença de alunas internas (que vinham de outras cidades e conviviam como pensionistas nas dependências do Colégio) quanto de alunas externas (que, em geral, eram moradoras da própria cidade de Mariana e retornavam pra casa ao final das aulas). No momento do estabelecimento do curso normal, o valor pago pelas alunas internas era de 120\$000, por trimestre, enquanto as alunas externas arcavam com o valor de 20\$000 mensais, ou seja, mensalmente, as alunas internas pagavam o dobro do cobrado às alunas externas¹⁷.

Quando demos início à pesquisa a respeito da Escola Normal de Mariana¹⁸, tínhamos, além da ampla literatura e referencial teórico sobre o tema, a intenção de explorarmos documentos e fontes primárias que se encontravam no interior do Colégio Providência, dos quais poderíamos colher informações diretas sobre sua atuação e organização burocrática, além de informações sobre os sujeitos que estavam diretamente envolvidos com a instituição (professoras, alunas, irmãs, padres). De início, tínhamos conhecimento de um museu¹⁹, que se encontrava presente no interior do Colégio e que poderia nos apresentar tais fontes. A escassez de documentos, no entanto, nos fez chegar à poucas compreensões diretas sobre esses sujeitos, pois escassos documentos se detinham à informações diretas sobre os sujeitos que compunham a instituição no período pretendido pela pesquisa.

¹⁷ **Equiparação do Colégio Providência às Escolas Normais, 1902**; Cadernos episcopais, arquivo 03, gaveta 01, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Apud.* LAGE, 2010, pp. 238 – 239.

¹⁸ A pesquisa à qual me refiro trata-se do projeto de Iniciação Científica intitulado: *A Escola Normal de Mariana: Instituição, Sujeitos e Formação no Contexto Educacional da Região dos Inconfidentes – 1906-1930*, a qual recebeu fomento de bolsa por parte da FAPEMIG, entre o período de vigência de 01/03/2013 a 28/02/2014, e nos ajudou de grande maneira na realização deste trabalho.

¹⁹ O Museu Casa da Providência começou a se organizar no ano de 1999, sob iniciativa das próprias irmãs diretoras do Colégio Providência. Em 2004 foi selecionado e premiado pelo projeto Tesouros do Brasil, patrocinado pela empresa FIAT Automóveis e pela Lei de Incentivo à Cultura do PRONAC, junto ao Ministério da Cultura. Embora ainda não seja aberto ao grande público, o museu preserva materiais, peças, fotografias, vestuários e móveis pertencentes ao Colégio, desde os que foram trazidos ou adquiridos pelas primeiras Irmãs da Caridade, quando chegaram ao Brasil, até objetos mais recentes de seu acervo. Encontra-se ainda, muitos documentos referentes ao Colégio Providência e à vida dos sujeitos que fizeram parte de sua história, estando estes preservados em caixas individuais que se encontram devidamente organizadas, numeradas e separadas por temas.

Quando se propôs à pesquisa sobre o Colégio Providência, já no final da década de 1980, Eliane Marta Lopes também se viu em dificuldades frente à escassez de fontes preservadas no interior da instituição, nos apontando, assim, para uma alternativa de metodologia que apresentasse informações através de fontes secundárias que eram oferecidas, como livros e periódicos que se encontravam como leituras presentes no cotidiano das alunas do colégio, sendo que “conhecendo-se o que é proibido sabe-se o que é praticado; conhecendo-se o que é permitido capta-se o que é aprovado e tomado como padrão de conduta exemplar (leia-se educativo)” (LOPES, 1987, p. 29).

De maneira bastante ampla e geral, o material ao qual tivemos acesso e pôde ser analisados no acervo do Museu Casa da Providência (como livros, registros de matrículas e disciplinas, fotografias e documentação afim), faz com que este se insira ao perfil de um colégio religioso feminino, que aprovou um projeto de formação da mulher com a finalidade de atender a determinada ideologia religiosa, muito presente no período da Primeira República, e trataremos com maiores detalhes no capítulo seguinte.

Dentre as muitas ordens que estabeleceram seus projetos pedagógicos em instituições escolares católicas no Brasil, ao longo do século XIX e início do século XX, temos no Colégio Providência o projeto veiculado pelas Irmãs da Caridade, com sua Pedagogia Vicentina característica, que vimos no capítulo anterior. Com a continuidade desse projeto para o curso normal, podemos perceber que sua cultura organizacional e elementos que pudessem compor a identidade da ordem, foram aplicados à formação de professoras, com o intuito de que estas pudessem carregar consigo a mentalidade e ideal católico e, assim, aplicá-los nas escolas em que atuariam.

É importante lembrar, que a disputa entre Igreja e Estado pela formação das novas gerações de professores, presente desde meados do século XIX, adentra o século XX. Logo após a instauração da República, a quebra de laços entre Igreja e Estado, que fora oficializada pela Constituição de 1891, traz grandes repercussões para ambos os lados. No entanto, essas tensões trouxeram algumas vantagens à Igreja, pois, “embora o Vaticano oficialmente considerasse a separação legal entre Igreja e Estado como sendo uma heresia da modernidade, no Brasil esse desmembramento legal libertou a Igreja de uma relação de subserviência ao Estado” (MAINWARING, 1989, p. 42). Essa “libertação” levou a Igreja a realizar reformas internas, que eram vistas como necessárias desde meados do século XIX e que acabaram por se consolidar nas duas

primeiras décadas do século XX, a começar por um novo fluxo de clero estrangeiro que chegava ao Brasil (idem, pp. 42 -43).

Embora o ideal de modernização da sociedade não fosse uma visão muito presente entre os membros do clero do início da República, tinha-se a compreensão de que, as ordens vindas da Europa possuíam uma maior credibilidade pedagógica, sobretudo as ordens francesas. O crédito dado à elas, baseava-se na competência e experiência que possuíam, trazendo como garantia uma melhor maneira de formar professores e, conseqüentemente, de educar os alunos das escolas primárias com base nos ideais católicos.

Ainda que se apoiassem em objetivos diferentes, a elite política desse período também se espelhava no modelo francês de República, tendo a França, não só como um modelo político, mas sobretudo, como um modelo social e cultural. Para os liberais republicanos brasileiros, assim como as outras elites governantes presentes na América Latina do início do século XX,

a França do começo do século XIX está sempre vinculada a ideia de progresso de civilização; de certa forma, representa a grande genitora da república, como fora a Grécia para Roma no período pré-cristão. As declarações que ecoam de várias partes do mundo, colocam a França e sua elite como provedora cultural com missão civilizatória da humanidade (JARDILINO, 2008, p. 95).

Dessa forma, vemos que havia, tanto para o Estado, quanto para a Igreja Católica brasileira, uma preocupação pela instrução que possuísse características europeias, em especial das que tinham como características, os modelos implantados na França, e que caracterizavam, assim, um exemplo particular de busca pela civilidade e/ou progresso. No registro de NOSELLA & BUFFA (2002), percebemos a ênfase que se era dada ao estudo da língua francesa nas escolas normais, chegando a ser vista, pelas alunas, como a “disciplina mais importante” presente no currículo do curso.

Esse registro acabou por nos apontar um caminho. O Museu da Casa da Providência possui um acervo de cerca de 200 exemplares de livros (manuscritos e impressos) que pertenceram à biblioteca do colégio, às irmãs que o dirigiam e também às alunas que lá estudavam. Dentre essas duas centenas de livros, cerca de metade deles – ou mais – estão escritos em idioma francês, o que nos mostra que havia certa

disponibilidade e conhecimento das alunas para com as leituras nesse idioma, que também fazia parte das disciplinas oferecidas pelo curso normal.

Dentre esses exemplares que se encontram em língua francesa, podemos encontrar livros de orações, de música, cartas e diários escritos pelas irmãs e alunas, livros religiosos, de ciências, histórias e até documentos burocráticos do colégio, como livro de despesas, contas e compras que eram realizadas pela instituição. Há ainda, ao menos outras duas dezenas de dicionários francês-português, ou livros que ajudam na aprendizagem desses idiomas, como os intitulados “*Verbos Portuguezes*”, “*Gramatica Portugueza*” ou ainda “*Nouveau Dictionnaire Portatif des Langues Française et Portugais*” e “*P. Larousse – Dictionnaire Complete de la Langue Française*”.

Podemos perceber que a Escola Normal do Colégio Providência apresentava, também, algumas das concepções francesas nos modos estruturais de se conceber o seu curso normal, como por exemplo, a existência de uma Escola Modelo²⁰ anexa à Escola, utilizada como espaço no qual

as futuras professoras aprenderiam o modo correto de ensinar (a norma), por meio de salas de aula modelo, nas quais observariam docentes ensinarem crianças de acordo com as formas exemplares. Por essa razão, a criação das Escolas Normais sempre era acompanhada da criação da escola-modelo anexa, onde os futuros professores poderiam se aproximar das práticas de ensino desenvolvidas com alunos reais (VICENTINI & LUGLI, 2009, p.33).

Partindo da concepção de ter como fonte documental as possíveis leituras que eram realizadas no interior do Colégio, notamos a presença do boletim semanário *Lar Catholico*²¹ como uma dessas leituras que certamente era realizada pelas alunas do

²⁰ O Colégio Providência já possuía uma escola de ensino primário antes mesmo da instalação do curso normal em suas dependências e que, possivelmente, fora utilizada como Escola Modelo para a formação das normalistas, a partir de 1902. Embora não tenha sido encontrado nenhum documento mais preciso sobre a presença dessa Escola Modelo no período pesquisado, nos deparamos com uma monografia apresentada pela aluna Carina Elian, apresentada ao final de seu curso, em 1938, intitulada “*A Disciplina no Curso Anexo pela observação das praticantes*”, na qual buscou apresentar a relação que as alunas-mestras do curso normal tinham com a sala de aula primária na qual faziam estágio.

²¹ Esse jornal era produzido em Juiz de Fora e circulou como um boletim informativo semanário (lançado aos domingos) a partir de 1919. Em suas páginas, trazia, além de notícias relacionadas à Igreja Católica (Evangelho, dias santos da presente semana e comemorações eclesiais), assuntos como política, saúde, gênero, família, sexualidade, além de temas relacionados à outras religiões, o que lhe conferiu a atenção para vários estudos. Cf. LUCENA, Paola Lili. “Nenhum lar sem o *Lar Católico!*”: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal *Lar Católico* (1954-1986). Dissertação de Mestrado, UFJF, Juiz de Fora, 2011; _____. *A construção da representação da família articulada às relações de*

curso normal e suas professoras. O semanário, apesar de editado e impresso por uma gráfica católica, abordava em seus números, assuntos como política, saúde, gênero, família, sexualidade, dentre outros, trazendo ao leitor uma realidade fora dos moldes da Igreja Católica, apresentando um grande panorama do que acontecia no estado de Minas Gerais, no Brasil e no mundo.

Dentre as poucas encadernações que se encontram referentes ao período pretendido ao nosso estudo, encontra-se um caderno de matrícula da Escola Normal, que abarca os anos 1919 a 1933. Nesse livro, encontramos o nome das alunas que estudaram nesse período, além da filiação (constando apenas o nome do pai), a data de nascimento e naturalidade dessas alunas, o que nos trouxe dados para um ponto que nos propomos a investigar sobre o curso normal do Colégio Providência: a abrangência e importância que o curso conseguiu conquistar nesse cenário. Através da naturalidade das alunas, que era apresentada no momento da sua matrícula, podemos compreender a quantidade de alunas que eram naturais da cidade de Mariana, que vinham de outras cidades da região e de outros lugares do estado de Minas Gerais ou, ainda, de alunas que eram oriundas de outros Estados.

Nos atemos em utilizar as informações referentes às alunas que foram matriculadas no 1º ano do curso normal, levando em consideração que poderíamos ter maior referência a partir das alunas que acabavam de iniciar o curso. Dividimos ainda, em quatro classificações possíveis: 1- as naturais da cidade de Mariana; 2- as naturais de cidades da Região dos Inconfidentes e Região Central do Estado (tendo em vista a proximidade em relação ao Colégio); 3- as naturais de cidades de outras regiões de Minas Gerais; 4- as naturais de outros estados do Brasil. Dessa forma, pudemos apontar:

Naturalidade	Mariana	Região dos Inconfidentes e Central	Outras Regiões de Minas Gerais	Outros Estados	Total
Número de Matriculadas	59	81	105	10 ²²	255
Porcentagem (%)	23,1%	31,8%	41,2%	3,9%	100%

gênero: apontamentos sobre casamento, divórcio no Jornal Lar Católico. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 22 a 26 de jul. 2013. O Museu Casa da Providência possui os exemplares referentes aos anos de 1920-1921; 1923-1924; 1927; 1928-1929; 1934 e 1954.

²² Dentre essas 10 alunas matriculadas que não eram naturais de Minas Gerais, temos: 1 do estado da Bahia (cidade de Bomfim); 1 do estado do Maranhão (cidade de São Luis); 2 do estado de São Paulo (1 da cidade de Amparo e 1 da cidade de São Paulo) e 6 do estado do Rio de Janeiro (1 da cidade de Entre Rios, 1 de Juparanã, 1 de Santa Rosa e 3 da cidade do Rio de Janeiro).

Contudo, essas informações não foram suficientes para nos permitir estabelecer as principais características dessas alunas, seja social, financeira ou cultural. Ao analisarmos as literaturas de outras instituições que possuíam o curso normal, no entanto, podemos perceber, através de indícios do perfil e de configurações identitárias possíveis, que as características do curso normal do Colégio Providência, inseria-se junto aos demais cursos oferecidos pelas Escolas Normais, sobretudo os oferecidos pelos colégios católicos femininos, que

estavam voltados, quase sempre, para o atendimento das elites e funcionavam sob regime de internato. Os mais apreciados eram os de origem francesa, oferecendo às meninas uma formação primorosa: cultura geral, bordados e francês. (LOPES & BICALHO, 1993, p. 52).

Dessa maneira, podemos concluir que o curso normal do Colégio Providência, assim como o das outras Escolas Normais religiosas, possibilitou configurações identitárias e perspectivas de formação docente inseridas no projeto da Igreja Católica brasileira de fortalecimento da instituição nos primeiros anos da República, diante das tensões vividas no período republicano, da necessidade de lidar com transformações então vigentes e impostas pelo Estado, buscando recuperar espaços então perdidos na disputa pelo controle da sociedade.

Essa conclusão nos mostra que, apesar desses colégios representarem para a Igreja Católica, um importante instrumento na formação e conformação de certa mentalidade católica, a formação dessas professoras não se limitava apenas a ensinar a escrever e contar, mas a transmitir uma formação integral aos alunos, como estudo das humanidades, dos autores clássicos e da língua francesa e latina, assim como a exposição de padrões éticos e morais, de comportamento e conduta social, que eram compreendidos como corretos pela Igreja. A formação dessas professoras nos moldes de conduta de um ideal católico e a possibilidade dessas em atuarem nas escolas públicas, possibilitavam (ainda que não fosse permitido o ensino religioso nessas escolas) a disseminação desse ideal, através da prática do magistério dessas professoras.

CAPÍTULO 3:

A instrução feminina na República: a missão da mulher e seu papel de formadora da civilidade

3.1: O papel da mulher como formadora da civilidade republicana no Brasil.

Ao longo da História do Brasil, o papel da mulher, caracterizou-se pela submissão entre outros papéis determinados a ela numa sociedade patriarcal, vista, sobretudo, como sendo fraca, desvalida de força e inteligência. De maneira geral, a distinção entre o homem e a mulher, dominou o pensamento por longo tempo no Brasil, estendendo-se desde os períodos colonial e imperial até nossos dias, salvo pequenos avanços na discussão de gênero no século XX. Essa distinção, fez com que se sobressaísse a visão da mulher sendo sempre caracterizada como o sexo frágil, alcunha que buscava manter-se através de inúmeras imposições pela organização social vigente ao longo desses períodos.

Em seu livro *Sobrados e Mucambos*, publicado pela primeira vez em 1936, Gilberto Freyre destina um capítulo para descrever a sociedade patriarcal que sempre procurou conferir à mulher um papel diferenciado ao do homem nas questões sociais, culturais e representativas do país. A partir do capítulo intitulado com a premissa de dualidade: “*A Mulher e o Homem*”, o autor nos mostra que era visto como necessário o máximo de diferenciação possível entre os dois sexos, sendo “característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo” (FREYRE, 2000, p. 125).

Com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, que se consolida entre o final do período imperial e início da República, a presença da mulher na sociedade passa a se fazer mais visível e, de certa maneira, mais representativa. Com o advento da República, entre os últimos anos do século XIX e início do século XX, surge também uma preocupação maior pelo debate político e social, dando início à uma inserção maior da mulher nos âmbitos sociais e econômicos da sociedade brasileira.

Tendo por base esse longo processo de pensamento, e levando em consideração a inclusão da mulher no novo sistema organizacional e econômico que o sistema urbano trouxe ao país, percebemos que

O quadro social descrito mudou, totalmente de foco, a imagem idealizada da mulher ocidental. Esta passou de elemento desagregador para anjo protetor da sociedade. A vinculação entre ação educativa e catequética, entre a figura da educadora e da missionária passou a associar-se à imagem da mulher, na qual as principais qualidades deveriam ser a virtude, o amor e o desapego às recompensas materiais (CHAMON, 2005, p. 66).

Nesse momento, a busca pela emancipação e participação mais ativa da mulher na sociedade e no trabalho, passa a ameaçar o sistema patriarcal e seu modo tradicional de organização e convivência social. No entanto, com a preocupação pela manutenção e (re)organização dessa sociedade patriarcal, algumas camadas da sociedade procuram um meio de “neutralizar” as atividades que começam a ser desempenhadas pelas mulheres, desqualificando suas atividades profissionais e excluindo-as do trabalho remunerado.

Com essa preocupação, passa-se a consolidar o espaço privado familiar como sendo o lugar único de atuação da mulher, buscando exaltá-la como organizadora do lar, detentora de todos os saberes e funções que não de ser mantidos apenas em sua casa e para sua família, colocando esses conhecimentos como sendo algo favorável a seu progresso. Com isso, buscou-se impor a visão de que a atuação e responsabilidade da mulher, não deveriam ultrapassar as fronteiras do âmbito familiar.

De certa maneira, a manutenção desse sistema de dominação masculina implicava na relação de poder entre os dois sexos e que era, em geral, apropriado pelas próprias mulheres através de imposições culturais e ideológicas que as faziam, salvo raríssimas exceções, aceitar seu papel sem qualquer questionamento. Essa situação nos remete à questão do (não) saber, uma vez que, privando o sujeito de uma maior apropriação do conhecimento, torna-se mais simplificada a imposição do poder sobre este, tornando-o alheio ao seu desempenho social. Com isso “manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação” (ALMEIDA, 1998, p. 31).

Sabemos que a ascensão da República, ao final do século XIX, caracterizou-se como um período em que se buscou estabelecer um projeto político que trouxesse

grandes transformações aos vários âmbitos sociais do Brasil. Esse projeto reformulador tinha por objetivo, converter o país em uma nação civilizada, culta, engendradora nos padrões de modernidade e racionalidade que há um tempo já se via presente nos países da Europa. O projeto de modernização da nação, proposto pelo Estado e por membros da elite política e econômica, pressupunha a superação do passado de retrocesso presente na sociedade. Essa modernização abarcava a necessidade de uma maior atenção à mulher e sua atuação na sociedade.

A inserção da mulher no mercado de trabalho passou a ter mais aceitação na sociedade brasileira desse período, no entanto, sua presença sempre se restringia a trabalhos anteriormente realizados no espaço doméstico, como operárias nas fábricas que surgiam nesse período ou, ainda, em trabalhos que desempenhassem um significado de cuidar de alguém, sobretudo os que eram realizados nas escolas e hospitais. Esses trabalhos, no entanto, eram sempre encarados de modo subalterno, como um suplemento à renda masculina e, sempre cuidando, para nunca se ver “em concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais” (idem. p. 33).

Essa atenção que passou a ser dada à presença da mulher na sociedade, viu-se refletida também na questão educacional, apontando para a necessidade da instrução feminina no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX. A questão educacional das moças se dava obedecendo a divisão meio da questão social e da classe a qual pertenciam na sociedade, sendo que

as filhas das elites geralmente recebiam uma instrução voltada para as atividades do lar e para os círculos de convivência social. Para tanto contavam com o concurso das preceptoras estrangeiras e/ou dos colégios femininos leigos ou religiosos, cujo ensinamento via de regra se resumia às primeiras letras, francês, música, piano e prendas femininas. Já às mulheres das camadas populares restava a possibilidade de frequentar as aulas de instrução elementar, as escolas normais e também cursos profissionalizantes (VEIGA, 2007, p. 191).

A inserção da educação feminina, bem como a busca por um emprego que se enquadrasse nos modelos apresentados como de trabalho propriamente feminino, fez da Escola Normal um caminho onde a instrução moderna, civilizatória e moral, encontrasse com a profissionalização adequada para a mulher, tornando-se um fator que

passou a ter características marcantes para esse período, e posteriormente até o século atual. Ainda hoje temos pesquisas que revelam a feminização do magistério²³.

A formação docente, até então designada apenas a homens, passou a ter características marcadamente femininas, num mesmo momento em que a Escola Normal, no que pese o pouco interesse por parte da população ao longo de todo o período imperial e as dificuldades de manutenção dessas instituições, passaram, no início do século, a contar com um grande número de alunos, sendo uma das instituições mais procuradas pelas famílias das classes médias emergentes, pois viam no curso normal, uma excelente formação moral e intelectual para suas filhas, bem como a aquisição de *status* frente à sociedade moderna que buscava se formar no país.

Assim como meio de ascensão na sociedade e inserir-se ao mercado de trabalho, equilibrando minimamente a balança de gênero, a mulher tornou-se professora. Pode-se afirmar que, naturalmente “o magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio” (ALMEIDA, 1998, p. 32). Sendo assim, percebemos a grande importância que o curso normal de formação de professoras passou a representar nessa sociedade, no início da República, fosse ele oferecido pelas instituições criadas pelo Estado, ou aquela oferecida nas instituições escolares católicas.

3.2: Educada para ser professora... mãe, cidadã, católica, esposa, dona-de-casa, mulher.

As pesquisas que se referem à “feminização” do magistério têm sido um tema por demais visitado nas pesquisas da educação brasileira. Sendo visto como um fenômeno social e cultural (ALMEIDA, 2008), construído como um paradoxo histórico, que se consolidou no Brasil desde as últimas décadas do século XIX. Um dos motivos apontados para esse processo mostra-nos que, nesse período, com as reformas

²³ Dentre as pesquisas sobre essa temática, destacamos três trabalhos importantes na área: o primeiro de Jane Soares de Almeida “Mulher e Educação: a paixão pelo possível”, tese de doutorado defendida na USP em 1996; seguida da tese de Magda Lúcia Chamon “Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)”, defendida na FAE/UFMG 1996 e a pesquisa de Sarah Jane A. Durães “Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)”, defendida como tese de doutorado na PUC,SP em 2002.

educacionais que ocuparam um espaço político de grande importância para a nascente República, ocorreu uma grande expansão quantitativa das escolas primárias em todo o país, levando à necessidade da formação de um maior número de professores para atender a essa demanda.

Com a preocupação em se aumentar o número de docentes formados para atuarem na educação básica, na Primeira República, institucionalizou-se a participação das mulheres para a capacitação e formação docente²⁴. A estabilização desse processo, deu-se através da visão apresentada de que a mulher possuía habilidades naturais para o magistério, sendo dotadas de: cuidado, disciplina, ensino, paciência, afeto, ordem, pureza e um maior amor ao próximo (CHAMON, 2005 e ALMEIDA, 1998), além de se saírem melhores do que os homens no âmbito educacional, o que lhes conferia uma missão na esfera pública, visto que tais atributos e qualidades não eram e não queriam ser reconhecidas no sexo masculino.

Como apresentado anteriormente, tanto nas Escolas Normais católicas, dirigidas por ordens religiosas femininas, quanto nas escolas criadas pelo Estado e que atendessem a ambos os sexos, a presença das mulheres nesses cursos passaram a ser superior a dos homens, ainda que

em sua maioria, essas instituições [escolas normais] nasceram para atender alunos homens, e depois foram sendo ocupadas por meninas e jovens, ou em instituições congêneres ou mesmo em turno diferenciados na mesma sede. No final do século XIX, a frequência feminina era majoritária na maioria das instituições (ARAUJO, FREITAS & LOPES, 2008, p. 12).

Junto a isso, a Igreja Católica, que havia tido grande hegemonia no país, ao longo dos períodos da colônia e boa parte do império, começa a perder forças a partir da segunda metade do século XIX, muito devido à presença de ideais sociais, políticos e filosóficos que chegaram da Europa, nesse momento e que se faziam presentes nas imposições que o governo passou a implantar no país, pouco após a instituição da República. A disputa por espaço e influência social entre Estado e Igreja esteve muito presente nesse período e adentrou o século XX, sendo que ambas as instituições buscavam impor um caráter moralizador sobre a sociedade.

²⁴ A participação das classes mistas na escolarização básica, foi institucionalizado no artigo 76 da Lei nº 41, de agosto de 1892, conforme apontado por ARRUDA (2008).

Mesmo através de ideais e ações diferentes, tanto a Igreja quanto o Estado, viam na família uma das instituições fundamentais para a manutenção da ordem social. A partir dessa visão, ambas colocavam a mulher no papel fundamental da família, sendo ela detentora de qualidades morais e espirituais superiores, garantindo o bem-estar físico, moral e espiritual de suas famílias e sua pátria. A partir disso, não foi difícil associar as mulheres com

a nobre missão de educar seres humanos, iluminar mentes com a luz da verdade, moldar as vontades no amor e na virtude. [...] cumprir essa nobre missão de reprodutoras dos valores sociais. Dóceis, Virtuosas e abnegadas, deveriam ser elas as profissionais amadoras responsáveis pelo trabalho de preparar mentes e comportamentos para os interesses da nação (CHAMON, 2005, pp. 68 – 71).

As novas características atribuídas à Escola Normal trouxeram mudanças em suas formulações e uma maior preocupação às características sobre a formação dessas novas professoras. A Lei nº 41 de 1892, presente na Reforma Republicana, buscava trazer melhores características para o ensino normal, estabelecendo padrões que pudessem ser seguidos em todo o país, com seu currículo passando a compor-se de 21 disciplinas, sendo elas: Português, Literatura, Francês, Aritmética, Geometria, Agrimensura, Álgebra, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Agricultura, Noções de Higiene e Filosofia, Desenho, Caligrafia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário, História, Noções de Economia Política, Pedagogia, Cosmografia, Música e Canto (Chamon, 2005, p. 94).

A constatação dessas disciplinas nos traz pistas da visão que era depositada sobre as professoras formadas por essas instituições. Podemos notar que as disciplinas não se restringiam apenas às que, posteriormente, seriam ensinadas por elas aos alunos das escolas primárias (como ocorria frequente na Escola Normal presente no Império), mas podemos notar a presença de disciplinas que diziam respeito à formação de caráter social e intelectual dessas alunas, como “Noções de Higiene e Filosofia, Instrução Moral e Cívica, Legislação do Ensino Primário, Noções de Economia Política e Pedagogia”, além de disciplinas que eram tidas como sinônimo de modernidade na presente sociedade, como “Literatura, Francês, Agricultura, Desenho, Caligrafia, Cosmografia, Música e Canto”.

A presença da mulher passou a ser vista como uma garantia do bom ensino nas escolas de educação primária e secundária, pois o fato de ser uma mulher a mestra, a transmissora de conhecimento, permitia-se o pensamento de que a educação “não se limitava apenas ao ensino do escrever e contar, mas muito mais que isso, dava a seus alunos uma formação integral, com a transmissão de padrões éticos e morais, regras de comportamento e conduta social” (LOPES & BICALHO, 1993, p. 54).

A percepção dessa formação abrangente que era encontrada nas mulheres deu-se, em grande parte, pela instrução que estas recebiam na formação dos cursos normais que frequentavam. A educação recebida por essas alunas nos cursos normais, garantia-lhes a formação nos dois papéis fundamentais que a mulher vem desempenhando ao longo da história do país: mãe e professora (LOPES, 1987). Esses dois papéis, no entanto, lhes exigem, ambos, a função de educar.

Como vimos anteriormente, no exemplo apontado no Estado de Minas Gerais, o número de instituições escolares católicas que passaram a oferecer o curso normal para formação de professoras, nesse período, foi extremamente alto. A formação de professoras em uma instituição católica, conferia-lhes, ainda, uma outra “qualidade”: a presença do ensinamento da moral cristã. Essa formação era essencial para professoras que, posteriormente atuariam em uma sociedade profundamente católica, num momento em que a Igreja se via em profunda crise de representação, buscando reinserir-se às instituições presentes na sociedade, dentre elas a escola (MAINWARING, 1989).

Algo que nos chama atenção à essa característica presente na educação no início da República, é a presença maciça de mulheres atuando na educação primária em relação ao número de homens, trazendo uma profunda diferença às atuações docentes ocorridas anteriormente a esse período. Da mesma maneira, percebemos que a formação e atuação das professoras, buscou não se dar apenas como mera reprodutora das disciplinas que eram colocadas como projeto de ensino, mas atuavam como educadoras e civilizadoras das gerações da nascente república, cumprindo ainda, o papel de mãe, esposa, religiosa, dona-de-casa e, sobretudo, mulher.

3.3: A instrução feminina no curso normal do Colégio Providência

A abordagem a qual nos propomos nessa parte do trabalho, tem como objeto de pesquisa o modelo de educação feminino que era aplicado no curso normal do Colégio Providência, tendo como principal objetivo, perceber se a equiparação da Escola Normal de Mariana à Escola Modelo de Belo Horizonte e demais Escolas Normais do estado mineiro, se fazia presente também, na forma pela qual as alunas eram instruídas.

Para realização dessa pesquisa, nos foi de grande importância os trabalhos anteriormente realizados sobre outras instituições²⁵, nos trazendo importantes pistas para o desenvolvimento do trabalho na instituição por nós pesquisada. Foi de grande relevância, ainda, a comparação entre as metodologias e bibliografias utilizadas nas pesquisas, levando sempre em consideração as particularidades e diferenças encontradas nas pesquisas e nas instituições que eram investigadas.

Após tomar conhecimento prévio sobre alguns aspectos referentes ao Colégio Providência e seu curso normal, buscamos compreender como se dava o cotidiano escolar e as atitudes e relações existentes entre as alunas, irmãs e demais pessoas ligadas ao funcionamento da instituição, bem como a relação existente entre o colégio e a cidade (comunidade local). Por se tratar de uma instituição católica, buscamos nos atentar aos modelos pedagógicos que eram empregados pela ordem que dirigia o colégio (no caso do Colégio Providência, a Ordem Vicentina, das Irmãs da Caridade) e a quem se destinava o ensino por ele empreendido.

Por se tratar de um curso destinado apenas à mulheres, nos chamou atenção a necessidade de compreender como se dava a designação desse ensino priorizado. Como percebemos anteriormente, o ensino destinado à mulheres, foi um fenômeno muito recorrente no período ao qual pretendemos a pesquisa, encontrando-se presente em muitas instituições escolares do país. Um dos principais objetivos da vinda das irmãs vicentinas à Mariana e a outras localidades, a partir da segunda metade do século XIX, foi o de “fortalecer a educação feminina em Minas Gerais, sabendo das necessidades

²⁵ Cf. ACHNITZ, 2008; ANUNCIACÃO, 2011; ARAUJO, FREITAS & LOPES, 2008; ARRUDA, 2008; FERREIRA, 2010; GOUVÊA & ROSA, 2000; JARDILINO, 2008; MARTINS, 2010; MONARCHA, 1999; NOSELLA & BUFFA, 2002; PEDRUZZI, 2014; TANURI, 2000, dentre outras.

locais por falta de espaços educativos e segundo as ideias ultramontanas na produção de agentes sociais pela via educacional para o catolicismo” (LAGE, 2012, p. 22).

A Escola Normal de Mariana, instalada já no início do século XX, semelhante às demais espalhadas pelo país, tinham a incumbência pela formação das alunas e de prepara-las para exercer dois papéis sociais importantes para o sustentáculo da sociedade, o de ser mãe (mulher) e professora. Para FARIA FILHO & GONÇALVES (2003), a educação da mulher era um tema importante em Minas Gerais que no âmbito do fortalecimento das localidades mais populosas do Estado, a educação da mulher estava articulada aos interesses das elites, tanto por parte dos liberais, como dos ultramontanos. Portanto se percebe desde o final do século XIX incentivos, por interesses diversos na educação formal da mulher.

A partir do material analisado, que se encontra presente no Museu Casa da Providência, pudemos perceber que o curso normal do Colégio Providência, inseria-se no projeto de formação da mulher republicana, com a finalidade de atender a determinada ideologia religiosa (já presente na instituição) e de formação de civilidade para o convívio social. No caso, a pedagogia e a mentalidade das irmãs vicentinas, assim como sua cultura organizacional são elementos que embasam as identidades produzidas pela formação no curso normal.

A partir da análise das disciplinas que eram lecionadas no curso normal, entre os anos de 1919 e 1933²⁶, encontramos (além de Português, Música, Aritmética e Geografia), disciplinas como “Costura e trabalhos de agulha” e “Trabalhos manuais”. A presença dessas disciplinas no currículo do curso, nos sugerem a permanência de uma concepção de educação feminina voltada para a formação da juventude e preparação para o ambiente doméstico, para a atuação no lar e para o que era visto como funções naturais da mulher, preparando-as “ para assumirem, futuramente, o papel predestinado e predeterminado pela sua condição de gênero: mulher mãe-esposa educadora (ARRUDA, 2009, p. 11).

Desta forma, podemos inferir que o objetivo de educação feminina interligando os campos da escola e do ambiente doméstico, articulada para a preservação do núcleo

²⁶ Essas informações foram coletadas do livro de matrículas do curso normal, referente aos anos de 1919 e 1933, presente no acervo do Museu Casa da Providência.

familiar nos moldes católicos e políticos e embasados numa visão conservadora e difundida pelas ideias ultramontanas, daquilo que era considerado papel do gênero feminino à época, a Casa da Providência, assim como as escolas normais em todo Brasil, “tornaram-se importantes espaços da difusão da educação feminina, enquanto modelo de ‘mulher ideal’, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e disseminados por tais escolas” (INÁCIO FILHO & ROSSI, 2009, p. 564).

A educação das jovens normalistas para se tornarem esse “modelo de mulher ideal” (sobretudo nos colégios de ordens católicas femininas), incluía um grande conjunto de normas de convivência social, etiqueta e preceitos morais, que visava orientá-las segundo os padrões de conduta e estética tradicionais de sociabilidade, existentes nesse período. A partir disso, notamos a presença de uma grande preocupação em se vigiar/observar constantemente as ações dessas alunas, com o intuito de se manter sempre um poder disciplinar e controlador sobre elas, submetendo-as à uma rigorosa e cotidiana disciplina de comportamento (ARRUDA, 2009, p. 9 – 12).

Na Escola Normal do Colégio Providência, a disciplina pretendida para as alunas, se mostra também, como um ponto de constante preocupação por parte da organização do curso, podendo ser observada na relação de ensino entre as alunas e a direção do colégio, bem como na constante rotina de vigilância das irmãs para com as normalistas. Podemos notar essa preocupação a partir das normas de conduta descritas no Livro de *Regulamento do Collegio*²⁷, onde encontramos aspectos da disciplina presentes na instituição e que deveria ser seguido à risca pelas alunas.

A vigilância praticada pelas “Irmãs de Guarda” sobre as alunas, revela-se nesse livro, como o “olho de Deus” (Madre Superiora e demais irmãs) que estava presente em todas as atividades praticadas pelas alunas, desde o momento em que levantavam (às 5h25min da manhã), até o momento em que se recolhiam a noite. O livro indica toda a vivência que era esperada na casa, o comportamento durante as aulas, recreios, passeios, envio de cartas à família e até momentos íntimos, como o uso do W. C. poderia ter a presença de outra pessoa do colégio, responsável pela disciplina. Assim como a prática por demais corriqueira nas escolas de conventos, em geral demonstrada pela literatura

²⁷ Este livro fora criado no momento de expansão do prédio onde se encontrava o Colégio Providência, entre os anos de 1929 e 1930. Encontra-se na caixa de número 072, dentre os demais documentos presentes no Museu Casa da Providência. Trata-se de um pequeno livro, todo escrito à mão, no qual contém todas as normas e regulamentos que precisam ser seguidos no cotidiano do Colégio.

nacional e internacional, vemos que no Colégio Providência, as alunas eram também, acompanhadas e vigiadas constantemente pelas irmãs.

Esse fator nos mostra a preocupação pelas alunas que se encontravam no colégio sobre forma de internato e que eram conferidas aos cuidados das irmãs que dirigiam o colégio. Essa preocupação se dava através da permanente busca pela formação intensiva das alunas, fosse na questão educacional/pedagógica, fosse na formação como pessoa e mulher católica, sendo educada para a atuação nas escolas primárias, levando os ideais de catolicismo que estiveram presentes em sua formação no curso normal e que a constituiu como propagadora dos ideais católicos e de civilidade que se encontrava presente no momento da Primeira República.

Uma de nossas preocupações iniciais nessa pesquisa, era a de “perseguir” a trajetória das alunas formadas pelo curso normal do Colégio Providência, depois de formadas. Com base no texto de CARVALHO et. Al (2013) e no Livro de Matrículas de 1919 a 1933, percebemos a presença da professora (e futura diretora) Abigail Dias, no Grupo Escolar de Mariana, que formou-se como normalista no Colégio Providência em 1927 e assumiu o cargo de professora no grupo escolar em 1929. Embora não possamos compreender a trajetória de todas as alunas formadas pela Escola Normal de Mariana a partir da percepção de uma única aluna, nos é notável sua presença e atuação na cidade de Mariana, após formadas. Nos chama atenção ainda, a presença de professoras educadas em uma instituição católica atuando em escolas do Estado, o que, em grande medida, garantiria a presença de ideais religiosos nas instituições mantidas pelo governo, ainda que essa prática não se caracterizasse de modo formal.

Por fim, podemos concluir, diante do que nos foi apresentado ao longo da pesquisa, que a instrução feminina das escolas normais no início do período republicano, teve como principais objetivos, formar a mulher no modelo de civilidade proposto pela República e criar uma nova mentalidade do civilizado, que haveria de ser propagada por ela. Seu “papel natural de educadora”, fosse nos ideais católicos ou na preocupação pela modernidade, colocada pelos liberais, era de essencial importância para a instrução da nova nação que então se colocava, o que fez da Escola Normal a principal instituição na formação profissional e moral dessas professoras.

No Colégio Providência, esse ideal também pôde ser percebido, tanto na compreensão inicial de um curso voltado apenas para mulheres, como por sua

preocupação em instruir essas alunas não apenas às matérias que posteriormente ensinariam nas escolas, mas também, pelo cuidado observado em sua formação de caráter religioso e moral. Essa instrução, baseada nos modelos educacionais religiosos, garantia que essas professoras levassem a seus alunos das escolas primárias, os ideais católicos de sua instituição formadora e, assim, fortalecessem a educação cidadã, proposta pela República, a partir de seus ideais católicos.

CONCLUSÃO

Concluimos ao final desse trabalho, que muitas das instituições católicas do início do regime republicano buscaram inserir-se no contexto das Escolas Normais que haviam sido planejadas pela República nesse período, com muitas de suas características e objeções. A partir dessas concepções sobre o período e da identidade institucional que conseguimos compreender sobre a Escola Normal do Colégio Providência, conseguimos perceber que esta instituição inseriu-se ao projeto de modernização e civilidade que se trouxe com a República, como também impôs os ideais católicos presentes nas demais instituições.

Vimos que a formação de professoras experimentada pelos colégios católicos passou a se constituir com a maior criação de instituições escolares, momento em que muitos destes já possuíam vasta experiência no campo da educação brasileira e que este não foi o caso específico do Colégio Providência. Ainda que procurassem manter à distância os ideais modernizadores que eram traçados pelo governo republicano, foram muitas as congregações católicas que criaram cursos normais em suas instituições e passaram a utilizar a formação de professores e a educação por eles difundidas, como meio de também disseminar seus ideais nas escolas de ensino primário.

No entanto, a carência de fontes sobre a Escola Normal do Colégio Providência e o curto tempo para escrita de um trabalho monográfico nos inibiu, em parte, no aprofundamento da atuação das alunas normalistas depois de formadas na instituição. Foi possível, no entanto, chegarmos à compreensão de que, para a criação de identidades e de seu fortalecimento como instituição, a Igreja Católica procurou expandir seus cursos de formação docente, com a intenção de difundir seus ideais nas muitas instituições escolares primárias do país.

Com a possibilidade de atuação das professoras formadas em instituições católicas nas escolas públicas primárias, a Igreja viu a atuação dessas professoras como potencial de inserção de seus ideais nas instituições controladas pelo Estado Liberal. Assim, as fontes analisadas nos mostram que a Escola Normal presente no Colégio Providência, assim como outras escolas normais católicas, possibilitou configurações para a criação das identidades e perspectivas de formação docente inseridas no projeto da Igreja Católica de fortalecimento da instituição no país, diante das tensões vividas no

período republicano, da necessidade de lidar com transformações então vigentes, sem perder espaço na disputa pelo controle da sociedade.

Outra importante referência a qual chegamos com a conclusão desse trabalho, e que podemos considerar como marca da configuração dos cursos normais de colégios religiosos, foi o papel da mulher como agente de difusão dos valores e ideais de uma instituição. Dessa forma, nos atemos também às especificidades da questão identitária que caracterizava a feminilidade na educação, conferindo à mulher papel de divulgadora do projeto religioso que se deu no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais.

A partir da influência que o curso normal possuía em seu entorno, pudemos compreender a importância que a Escola Normal desempenhou no papel de formação de professores na Região dos Inconfidentes. Quando da análise do número de alunas naturais da cidade de Mariana (23,1%) e das naturais da Região dos Inconfidentes e Região Central (31,8%), compreendemos que mais da metade das alunas ingressantes para o curso normal eram naturais de Mariana ou de cidades próximas à ela (um total de 54,9%), o que nos mostra, a importância desempenhada pelo colégio nessa região.

Esboçamos aqui, o percurso traçado pela Escola Normal do Colégio Providência, na cidade de Mariana-MG e sua atuação como instituição escolar, na formação de professoras no período da Primeira República. Partindo da especificidade deste curso, nos atentamos à inseri-lo e trazer contribuições aos estudos sobre a História da Educação no Brasil e em Minas Gerais.

Os resultados aos quais chegamos nesse trabalho, referentes à Escola Normal do Colégio Providência, buscou contribuir com as pesquisas pertencentes à história da educação. Como contribuição de um trabalho de monografia, para conclusão de curso, buscou apresentar desdobramentos possíveis, informações e problemáticas sobre o tema, assim como a relação do objeto estudado com o campo de pesquisas ao qual se insere, deixando-o em aberto para possíveis considerações e futuras pesquisas nas lacunas que poderão ser observadas em suas muitas características.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ACHNITZ, Sonia Alves. *Violetas do Sion: Memórias de Normalistas*. Dissertação (Mestrado em Educação), São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2008.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- _____. A destinação das mulheres para educar meninos e meninas: como são construídos os paradoxos históricos. *Educação & Linguagem*, ano 11, nº 18, jul-dez. 2008, pp. 136–148.
- ANUNCIACÃO, Ana Luzia da. *Pedagogia Liberal e Instrução Pública na Província de Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto (1835-1852)*. Dissertação (Mestrado em História), Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.
- ARAÚJO, José Carlos S, FREITAS, Anamaria G. B. & LOPES, Antonio P. C. (Orgs.) *As escolas Normais no Brasil: do Império a República*. Alínea: Campinas, 2008.
- ARRUDA, Maria Aparecida. Profissão Docente e Educação Feminina em São João Del-Rei: A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores (1905 – 1910). V *Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, Sergipe, 2008*.
- _____. Almas a Deus, inteligências a sociedade, corações a família: a Pedagogia vicentina praticada no colégio normal Nossa Senhora das Dores (São João Del Rei, MG – 1898 – 1906). V *Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais: (Re)Visitando as Minas e Desvelando os Gerais*. Montes Claros, 2009. Disponível em: http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/3.profissao_docente/6.Maria%20Aparecida%20Arruda.pdf.
- AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BOSCHILIA, Roseli. Juventude, Ultramontanismo e Educação Católica. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 43, 2005, p. 87-102.
- CARVALHO, Rosana A.; MARQUES, Elisângela F.; FARIA, Vinicius L. Grupo Escolar de Mariana: educação pública em Mariana no início do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 21, p. 2-14, mar. 2006.
- CARVALHO, Rosana A.; PEREIRA, K. K.; SOUZA, J. M.; RODRIGUES, W. C. Para além do ensino religioso: as práticas educativas católicas na escola. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*, Cuiabá, 2013.
- CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In.: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.] (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 39-57.

- CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.
- COELHO, Tatiana Costa. *A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (1844 - 1875)*. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- COSTA, Manuela Areias. “*Vivas à República*”: *representações da banda “União XV de Novembro” em Mariana-MG (1901-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.
- FARIA FILHO, Luciano M. & VAGO, Tarcísio M. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In.: PEIXOTO, Anamaria C. & FARIA FILHO, Luciano M. (Orgs.). *Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000, pp. 32 – 47.
- FARIA FILHO, Luciano M; GONÇALVES, Irlen A. O Processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C; FONSECA, T. (orgs.) *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FARIA FILHO, Luciano M; VIDAL, D. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FERREIRA, Rita de Cássia O. *A Escola Normal da Capital: instalação e organização (1906-1916)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- FREYRE, Gilberto. A Mulher e o Homem. In.: _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, pp. 124 – 175.
- GOUVÊA, Maria Cristina S. de & ROSA, Walquíria M. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In. PEIXOTO, Anamaria Casasanta., FARIA FILHO, Luciano Mendes., (org.) *Lições de Minas – 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000, pp. 18 – 31.
- INÁCIO FILHO, Geraldo; ROSSI, Michelle P. S. As congregações católicas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: educação feminina (1889-1940). *Revista. Educ. Públ. Cuiabá*, v. 18, n. 38, p. 553-566, set./dez. 2009.
- JARDILINO, José Rubens L. Houve uma Escola Normal Superior na América Latina? O caso Brasil e Colômbia. *Rhec* Nº 11, 2008, pp. 95 – 108.
- LAGE, Ana Cristina P. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese (Doutorado em História), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte: no. 06, dez. 1987, pp. 28-34

- LOPES, Eliana M. T. & BICALHO, Marly G. Colégios Religiosos Femininos e Masculinos em Minas Gerais: um mapeamento ainda provisório. *Educação em Revista*, n. 17, Belo Horizonte: UFMG, jun. 1993, p. 47-55.
- LOPES, Eliana M. T. & GALVÃO, Ana Maria O. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2ª ed.
- MAGALHÃES, J. História das Instituições educacionais em perspectiva. In. GATTI JÚNIOR, D; INÁCIO FILHO, G. *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados, 2005
- MAGALHAES, J. ; FERNANDES, R. *Para uma história do ensino Liceal em Portugal. Actas dos colóquios do I Centenário da reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Universidade do Minho, Braga, 1999.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916 - 1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANOEL, Ivan. A. *A Igreja e a educação feminina (1859-1919). Uma nova face do conservadorismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- MARTINS, Amanda Silva. *Um passado para Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.
- MONARCHA, Carlos. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- MOURÃO, Paulo Kruger Correa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 3ªed. 2009.
- NASCIMENTO, Maria Isabel M. & NASCIMENTO, Manoel N. M. O Estado Brasileiro e as Instituições Escolares. *VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil*. UNICAMP – Campinas, de 10 a 13 de julho de 2006.
- NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos – 1911 a 1933*. São Carlos, EdUFSCar, 2002.
- _____. *Instituições escolares. Por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Alínea, 2009
- OLIVEIRA, Luciano C. & MARTINS, Karla D. O Ultramontanismo em Minas Gerais e em Outras Regiões do Brasil, *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 259-269, jul./dez. 2011.
- PEDRUZZI, Jumara S. *A Escola Normal de Ouro Preto: Instituição, sujeitos e Formação Docente (1889-1929)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ROSA, Walquíria M. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Educação), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *História da Formação Docente no Brasil: Três Momentos Decisivos*. Educação, v. 30, n. 2, jul/dez 2005, p.p. 11–26.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. *Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores*. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I encontro inter artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I Encontro Inter artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf), acessado em 10 de abril de 2014.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n.14, maio/jun./jul./ago. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. A Escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set-dez, 2002, pp. 90-103.

_____. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007

_____. História da Educação em Minas Gerais: dez anos de histórias de pesquisa e ensino. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 9-31, jan./jun. 2012.

VICENTINI, Paula P. & LUGLI, Rosário G. *História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

DOCUMENTOS

MUSEU CASA DA PROVIDÊNCIA. *Álbuns de Fotografias*. Do número 01 ao 26. Colégio Providência, Mariana. (Consultado entre julho e outubro de 2013).

_____. *Livro de Contas da Casa da Providência 1899-1950*. Caixa 189. Colégio Providência, Mariana. (Consultado entre julho e outubro de 2013).

_____. *Livro de Matrículas de 1919-1933*. Caixa 077. Colégio Providência, Mariana. (Consultado entre julho e outubro de 2013).

_____. *Registro da Associação Interna das Filhas de Maria Imaculada – Mariana, 8 de Dezembro da 1851*. Caixa 160. Colégio Providência, Mariana. (Consultado entre julho e outubro de 2013).

_____. *Regulamento do Collegio*. Caixa 072. Colégio Providência, Mariana. (Consultado entre julho e outubro de 2013).